



ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

MARÇO /2017



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

MARÇO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	12
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	26
ARRECADAÇÃO DO ISS	26
SÉRIES HISTÓRICAS	36

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de março e ao primeiro trimestre de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 12/04/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/04/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de março e no primeiro trimestre de 2017, em relação a 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 18 de abril de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de março de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.189,0 milhões em valores correntes. No confronto com março de 2016, aponta-se decréscimo nominal de 14,9%, que corresponde a uma queda real de 18,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de março discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 12/04/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	mar/17	mar/16	março/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em março/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	586.924	588.815	615.717	-1.890	-0,3%	-28.793	-4,7%	49,4%
ISS	125.263	115.428	120.701	+9.835	+8,5%	+4.561	+3,8%	10,5%
SIMPLES	26.708	26.089	27.281	+619	+2,4%	-573	-2,1%	2,2%
IRRF	228.815	227.907	238.319	+909	+0,4%	-9.504	-4,0%	19,2%
IPVA	128.524	355.528	371.772	-227.004	-63,8%	-243.248	-65,4%	10,8%
IP TU/TLP	4.818	4.064	4.250	+754	+18,6%	+568	+13,4%	0,4%
ITBI	30.059	28.495	29.797	+1.564	+5,5%	+262	+0,9%	2,5%
ITCD	8.896	7.935	8.297	+961	+12,1%	+598	+7,2%	0,7%
Outras Taxas	5.875	5.654	5.912	+221	+3,9%	-37	-0,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.145.882	1.359.914	1.422.047	-214.032	-15,7%	-276.165	-19,4%	96,4%
Dívida Ativa	26.576	24.633	25.759	+1.942	+7,9%	+817	+3,2%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.070	6.732	7.039	+1.338	+19,9%	+1.031	+14,6%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	8.435	5.507	5.758	+2.928	+53,2%	+2.677	+46,5%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	43.080	36.872	38.557	+6.208	+16,8%	+4.524	+11,7%	3,6%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.188.962	1.396.786	1.460.603	-207.824	-14,9%	-271.641	-18,6%	100,0%

Fonte: SIGGO.

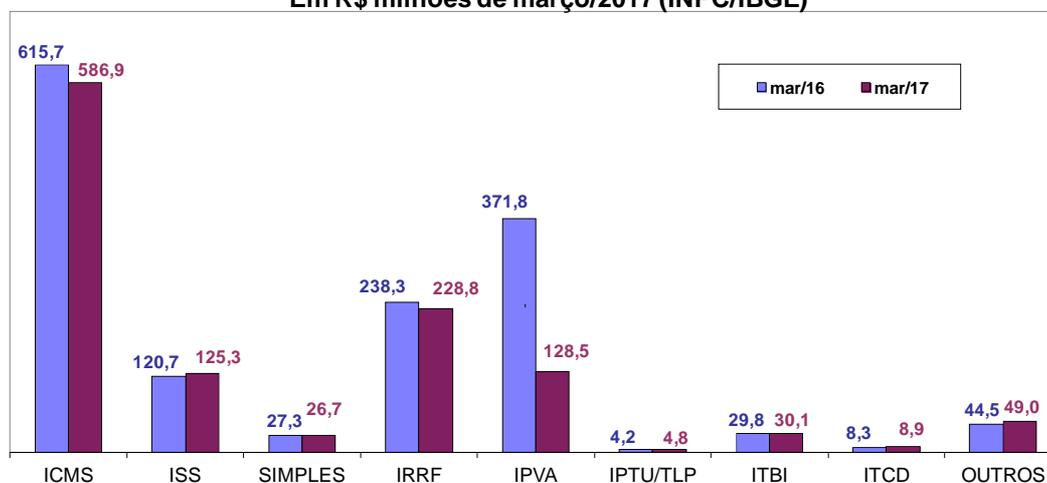
No resultado acumulado do período de janeiro a março de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 3.719,5 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 7,3%, correspondente a um aumento real de 2,4% em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017									
Dados SIGGO em 12/04/2017									
VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2017	2016	2017 pelo INPC/IBGE	2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	1.829.001	1.777.047	1.834.567	1.869.852	+51.954	+2,9%	-35.285	-1,9%	49,2%
ISS	394.882	360.589	396.119	379.469	+34.294	+9,5%	+16.650	+4,4%	10,6%
SIMPLES	88.880	86.989	89.165	91.593	+1.891	+2,2%	-2.428	-2,7%	2,4%
IRRF	617.405	581.760	618.957	611.326	+35.645	+6,1%	+7.631	+1,2%	16,6%
IPVA	535.645	434.229	537.099	454.715	+101.416	+23,4%	+82.384	+18,1%	14,4%
IPTU/TLP	29.518	22.773	29.641	24.044	+6.746	+29,6%	+5.597	+23,3%	0,8%
ITBI	75.971	62.931	76.176	66.114	+13.041	+20,7%	+10.062	+15,2%	2,0%
ITCD	22.814	29.236	22.876	30.819	-6.421	-22,0%	-7.943	-25,8%	0,6%
Outras Taxas	17.850	16.456	17.904	17.312	+1.395	+8,5%	+592	+3,4%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	3.611.969	3.372.009	3.622.505	3.545.244	+239.960	+7,1%	+77.261	+2,2%	97,1%
Dívida Ativa	63.923	59.023	64.089	62.037	+4.900	+8,3%	+2.052	+3,3%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	19.869	16.853	19.921	17.716	+3.016	+17,9%	+2.205	+12,4%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	23.698	18.137	23.769	19.097	+5.561	+30,7%	+4.671	+24,5%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	107.490	94.013	107.779	98.850	+13.477	+14,3%	+8.928	+9,0%	2,9%
Total da Arrecadação (A) + (B)	3.719.459	3.466.021	3.730.284	3.644.094	+253.437	+7,3%	+86.189	+2,4%	100,0%

Fonte: SIGGO.

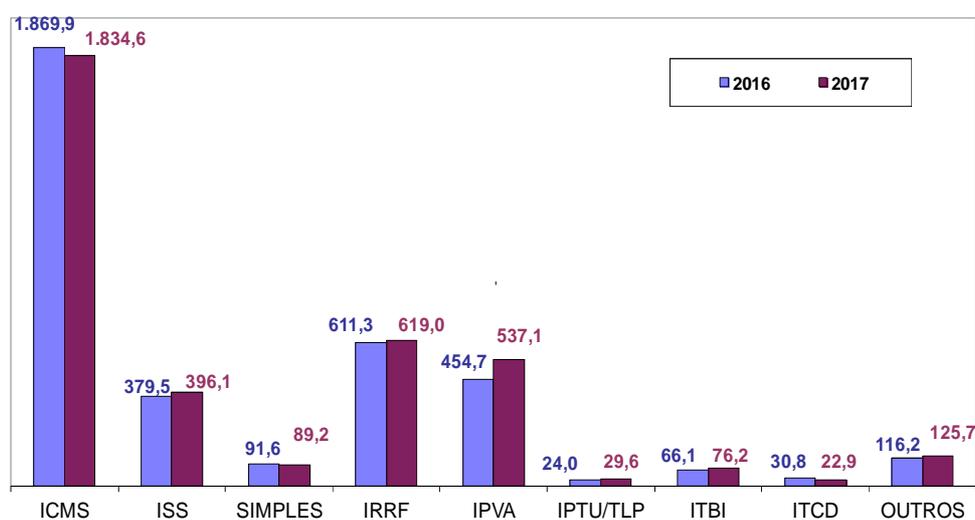
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em março de 2017 frente a março de 2016, verificou-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, decresceu 4,7% (-R\$ 28,8 milhões). Adicionalmente, o **IRRF**, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou decréscimo de 4,0% (-R\$ 9,5 milhões). Observou-se, também, um expressivo decréscimo de IPVA na ordem de 65,4% (-R\$ 243,2 milhões), que pode ser explicado pela mudança do calendário de vencimento do imposto em 2017. No mês de março de 2017, ocorreu o vencimento da 2ª parcela do imposto, enquanto que em março de 2016 venceu a cota única e a 1ª parcela do imposto.

Arrecadação em março/2017 contra março/2016
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



Na comparação do acumulado de janeiro a março de 2017 com correspondente período de 2016, observou-se, por outro lado, o acréscimo real significativo do **IPVA** de 18,1% (+R\$ 82,4 milhões), decorrente da alteração do calendário de vencimento do imposto em 2017. Observa-se também acréscimo de 4,4% no **ISS** (+R\$ 16,7 milhões). Por outro lado, foi registrada queda real de 1,9% na arrecadação do **ICMS** (-R\$ 35,3 milhões) e de 25,8% na arrecadação do **ITCD** (-R\$ 7,9 milhões).

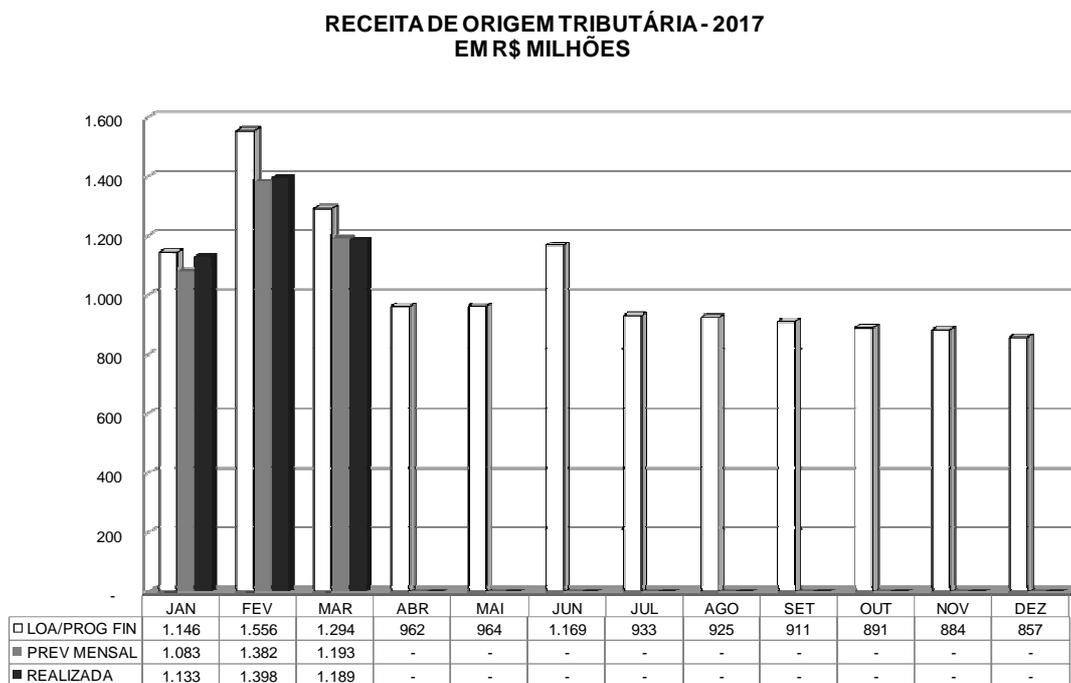
Arrecadação em 2017 contra 2016
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



O Índice FipeZap, desenvolvido em conjunto pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e pelo portal ZAP, que acompanha o preço médio do m² de apartamentos prontos em 20 cidades brasileiras com base em anúncios da internet, manteve-se praticamente estável (-0,04%) entre fevereiro e março de 2017, acumulando uma alta de apenas 0,77% nos últimos 12 meses. Individualmente, 11 das 20 cidades pesquisadas apresentaram variação negativa nos preços entre fevereiro e março de 2017.

Considerando os últimos 12 meses, 5 das 20 cidades pesquisadas registraram queda nominal nos preços de venda, entre elas o Distrito Federal, onde registrou-se, de acordo com a pesquisa, variações de 0,10% entre fevereiro e março, de -0,40% nos três primeiros meses do ano e de -1,10% nos últimos 12 meses.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na programação financeira, na LOA, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em março de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 4,1 milhões, o que corresponde a um diminuto desvio negativo de 0,35% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de março, houve frustração de R\$ 105,4 milhões, conforme o quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os desvios negativos mais relevantes observados foram no ICMS, no IRRF e no IPVA, correspondentes a R\$ 58,3 milhões, R\$ 24,6 milhões e 21,9 milhões, respectivamente.

No caso do ICMS, dois fatores podem explicar o desvio obtido: 1. Projeção do PIB para 2017 pela pesquisa Focus/BACEN mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,48% utilizado na previsão mensal de março de 2017); 2. Projeção para 2017 das receitas

decorrentes das medidas legislativas de aumento de carga tributária (entre elas fonte 900), revisada para 75% da expectativa considerada à época da elaboração da LOA na previsão mensal de março de 2017.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - MARÇO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	581.457	645.273	586.924	5.467	(58.349)
ISS	121.368	126.099	125.263	3.895	(836)
SIMPLES	33.198	36.981	26.708	(6.490)	(10.274)
IRRF	253.459	253.459	228.815	(24.644)	(24.644)
IPVA	119.067	150.448	128.524	9.456	(21.925)
IPTU/TLP	4.246	4.367	4.818	573	451
ITBI	31.255	31.164	30.059	(1.196)	(1.105)
ITCD	7.825	9.263	8.896	1.071	(367)
OUTRAS TAXAS	5.653	5.816	5.875	222	59
RECEITA TRIB TOTAL	1.157.529	1.262.870	1.145.882	(11.647)	(116.988)
DÍVIDA ATIVA	22.632	21.885	26.576	3.943	4.690
M/J DÍVIDA ATIVA	6.224	6.939	8.070	1.846	1.131
M/J TRIBUTOS	6.707	2.676	8.435	1.728	5.759
TOTAL OUTRAS REC	35.563	31.501	43.080	7.518	11.579
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.193.092	1.294.371	1.188.962	(4.129)	(105.409)

No acumulado de janeiro a março de 2017, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal, de R\$ 61,4 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o IPVA (+R\$ 87,3 milhões) e com o ISS (+R\$ 23,9 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacam-se o IRRF (-R\$ 38,3 milhões), o ITBI (-R\$ 9,4 milhões) e o ICMS (-R\$ 10,0 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A MARÇO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	1.838.967	2.016.114	1.829.001	(9.966)	(187.112)
ISS	371.031	386.210	394.882	23.852	8.673
SIMPLES	97.911	104.784	88.880	(9.030)	(15.903)
IRRF	655.680	655.680	617.405	(38.275)	(38.275)
IPVA	448.390	571.827	535.645	87.255	(36.182)
IPTU/TLP	23.260	25.212	29.518	6.258	4.307
ITBI	85.346	82.953	75.971	(9.375)	(6.982)
ITCD	20.487	26.297	22.814	2.327	(3.483)
OUTRAS TAXAS	16.925	17.320	17.850	926	530
RECEITA TRIB TOTAL	3.557.996	3.886.396	3.611.969	53.972	(274.427)
DÍVIDA ATIVA	67.372	71.757	63.923	3.449	(7.833)
M/J DÍVIDA ATIVA	14.826	23.830	19.869	5.043	(3.961)
M/J TRIBUTOS	17.877	14.209	23.698	5.821	9.490
TOTAL OUTRAS REC	100.075	109.795	107.490	7.415	(2.305)
TOTAL DA ARRECAÇÃO	3.658.071	3.996.191	3.719.459	61.387	(276.732)

Quanto à comparação da receita acumulada no 1º trimestre de 2017 prevista na LOA/Programação Financeira com a receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 276,7 milhões. Ressalte-se que a maior frustração

de realização ocorreu no ICMS (-R\$ 187,1 milhões), devido aos motivos apontados anteriormente na comparação mensal, no IRRF (-R\$ 38,3 milhões) e no IPVA (-R\$ 36,2 milhões). Os destaques positivos ocorreram em Multas e Juros dos Tributos (+R\$ 9,5 milhões) e no ISS (+R\$ 8,7 milhões).

CENÁRIO MACROECONÔMICO

A tabela abaixo resume indicadores econômicos, considerados como relevantes na elaboração do presente relatório.

	Unidade	Fonte	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	12 meses	projeção 2017
IPCA (projeção em 13/04/2017)	variação %	IBGE/Bacen	0,30%	0,38%	0,33%	0,25%	4,76%	4,06%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/Bacen	1,12%	0,72%	-0,03%	-0,02%	4,51%	nd
SELIC	variação % a.a.	BACEN	13,75%	13,00%	12,25%	12,25%	nd	8,5%
PIB BRASIL (projeção em 13/04/2017)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/Bacen	-3,6%	nd	nd	nd	nd	0,40%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN		0,62%	1,31%	nd	-3,68%	nd
Taxa de desemprego no DF	variação %	CODEPLAN	18,6%	19,3%	20,0%	nd	nd	nd
FipeZap ampliado	variação %	Fipe	0,13%	0,00%	0,13%	-0,04%	0,77%	nd
FipeZap DF	variação %	Fipe	-0,11%	-0,44%	-0,06%	0,10%	-1,10%	nd
Preço médio imóvel DF	R\$/m ²	Fipe	8.497	8.432	8.427	8.436	nd	nd
Venda combustíveis DF	bep	ANP	1.119.293	991.354	947.248	nd	nd	nd
Produção industrial Brasil (PIM-PF)	var % mês/mês ant	IBGE	2,3%	-0,1%	0,1%	nd	-4,8%	1,19%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-1,2%	3,2%	-1,7%	nd	nd	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,8%	-3,0%	-7,5%	nd	nd	nd
Índice Antecedente de Vendas	var % mês/mês ano ant.	IDV	-3,5%	-4,1%	-2,3%	nd	nd	nd
Consumo de energia elétrica (região CO)	MWh	EPE	2.784.136	2.865.057	2.780.115	nd	nd	nd
Veículos vendidos Brasil	unidades	Fenabrave	204.373	147.208	135.663	nd	nd	nd
Veículos vendidos DF	unidades	Sincodiv	6.830	5.729	4.702	6.098	nd	nd

PIB

De acordo com as projeções do Boletim Focus divulgado em 17/4 pelo Banco Central após consultar economistas de mais de cem instituições financeiras, a mediana das expectativas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 caiu de 0,41% para 0,40%, sinalizando um pequeno mas significativo crescimento diante de dois anos seguidos de fortes retrações do PIB (-3,6% em 2016 e -3,8% em 2015), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para 2018 a estimativa para o crescimento da economia permaneceu em 2,50% pela quarta semana seguida.

IPC-Br

Em 17/4 o Banco Central divulgou que o nível de atividade da economia brasileira, medido pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), registrou alta de 1,31% em fevereiro deste ano na comparação com o mês anterior e de 0,48% em relação a fevereiro de 2016, já levando em conta as diferenças sazonais entre os períodos analisados.

O IBC-Br foi criado pelo BC para ser uma referência do comportamento da atividade econômica que sirva para orientar a política de controle da inflação pelo Comitê de Política Monetária (Copom), uma vez que o dado oficial do Produto Interno Bruto (PIB) é divulgado pelo IBGE com defasagem em torno de três meses. Tanto o IBC-Br quanto o PIB são indicadores que medem a atividade econômica, mas têm diferenças na metodologia. O indicador do BC leva em conta trajetória de variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (indústria, agropecuária e serviços). É o que os economistas chamam de proxy, uma aproximação, mas não pode ser considerado uma prévia do PIB porque o dado oficial é muito mais complexo. O número costumava ter resultados próximos ao dado oficial, mas tem apresentado resultados divergentes por causa das diferenças metodológicas.

IPCA

A estimativa mediana para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2017, considerado o índice oficial de inflação, que mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos que vivem nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Vitória, Belém e Brasília e nos municípios de Goiânia e Campo Grande, caiu de 4,15% há quatro semanas para 4,06%, a sexta queda consecutiva.

Tal recuo reforça a expectativa dos economistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central de que a inflação desacelere ainda mais, se afastando do centro da meta de 4,50% fixada pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN) e que deve ser perseguida pelo Banco Central, que para isso eleva ou reduz a taxa de juros (Selic), uma vez que taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, contribuindo para o controle dos preços. Fato semelhante não acontece desde 2009, quando o IPCA subiu 4,31% e a meta também era de 4,5%.

SELIC

Em reunião concluída em 12/4, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu acelerar o ritmo e reduziu a taxa básica de juros da economia brasileira pela quinta vez seguida, de 12,25% para 11,25% ao ano. O corte, de um ponto percentual, foi o maior desde março de 2009, ou seja, em oito anos, e levou a Selic ao menor patamar desde outubro de 2014 – quando a taxa estava em 11% ao ano.

Essa última redução reforça a previsão dos analistas das instituições financeiras de que o Copom continuará a reduzir a Selic nos próximos meses e que a taxa chegará a 8,5% ao ano no fim de 2017, ou seja, em apenas um dígito, algo que não acontece desde o final de 2013.

Mesmo com essa última redução decidida pelo Copom, o Brasil ainda permanece na liderança do ranking mundial de juros reais (calculados com abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses).

Com os juros básicos em 11,25% ao ano, a taxa real do Brasil soma 6,36% ao ano, permanecendo acima do segundo colocado, que é a Rússia, com 5,12% ao ano, seguida pela Colômbia, com 2,49% ao ano. Nas 40 economias pesquisadas, a taxa média está negativa em 2,2% ao ano.

TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego, que tem influência na arrecadação do ICMS (especialmente no comércio varejista) e do ISS realizada no mês seguinte, em fevereiro de 2017 aumentou de 19,3% para 20,0%, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED) realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade

Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Codeplan, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE. Segundo a pesquisa, o DF fechou o mês de fevereiro com 312 mil desempregados – 10 mil a mais que em janeiro e 77 mil a mais ante fevereiro de 2016.

No Brasil, a taxa de desemprego atingiu 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro, conforme informou em 31/3 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), foi apurada uma alta de 1,3 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior, sendo a maior taxa de desocupação no País da série histórica do indicador iniciada em 2012.

No trimestre de dezembro a fevereiro, o Brasil tinha 13,5 milhões de desempregados - crescimento de 11,7% (1,4 milhão de pessoas a mais) frente ao trimestre encerrado em novembro de 2016 e 30,6% (mais 3,2 milhões de pessoas) em relação a igual trimestre de 2016.

ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de março de 2017, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 586,9 milhões em valores correntes. No comparativo com março de 2016, houve decréscimo nominal de 0,3%, e uma queda real de 4,7%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do 1º trimestre do exercício de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 1.829,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,9%, mas decréscimo real de 1,9%, em relação ao mesmo período de 2016.

Em março de 2017, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 154.736 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Houve redução no número de contribuintes em relação a fevereiro de 2017 de 0,1%.

MARÇO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	10	5	2					25
2) Regime Normal de Apuração	636	3.906	1.425	1.887	1.435	533	2.406	715	3.737	189	16.869
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	202	4	113	2	3	48	1	45		423
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		3		18
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.051	15.175	13.090		13.039	5.254	7.890	5.491	20.956	1.944	87.890
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.111	11.266	4.617	24	4.630	1.892	5.782	2.304	12.038	616	45.280
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				917							917
10) Telecomunicações-Centralizada				64							64
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	8	13	9	3.172	5		2		5		3.214
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
TOTAL	7.812	30.566	19.150	6.233	19.116	7.684	16.129	8.511	36.784	2.749	154.736
PARTICIPAÇÃO	5,05%	19,75%	12,38%	4,03%	12,35%	4,97%	10,42%	5,50%	23,77%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	-0,17%	-0,07%	-0,29%	-0,13%	-0,04%	-0,31%	-0,15%	-0,16%	-0,04%	-0,25%	-0,12%

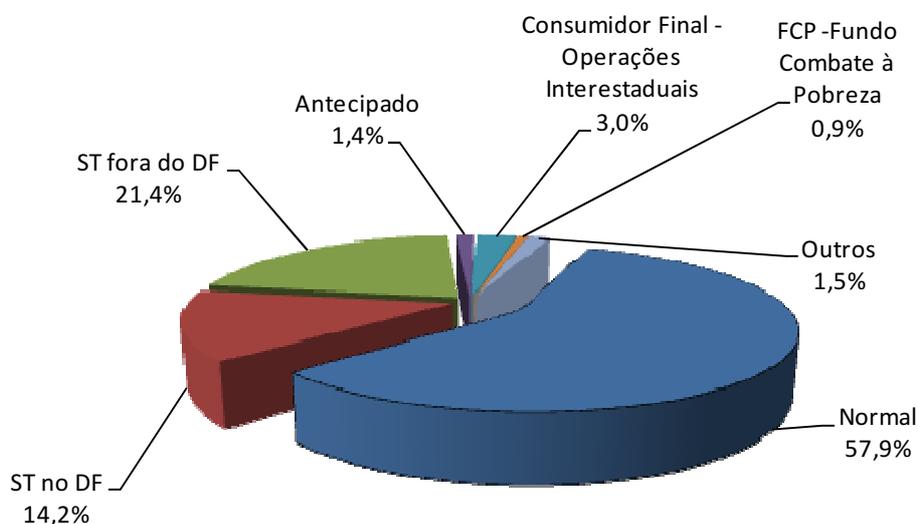
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/03/2017.

Em março de 2017, do total de inscritos, 86,1% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.280 e 87.890 contribuintes, respectivamente, e 10,9% no Regime Normal de Apuração, com 16.869 contribuintes. Observa-se que, na comparação com fevereiro de 2017, houve aumento de contribuintes nas modalidades SIMEI (+935) e Simples Nacional (+298), porém houve redução no Regime Normal de Apuração (-1.430).

Essas mudanças no quadro cadastral se deram de forma disseminada por todas as regiões administrativas, contudo mais incisivamente nas maiores bases cadastrais, ou seja, nas agências de Brasília e de Taguatinga.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em março de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do Regime Normal, com 57,9% seguido da Substituição Tributária fora do DF, com 21,4%, representando quase 80% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento março de 2017



Analisando o decréscimo real de R\$ 28,8 milhões na receita total do ICMS em março de 2017 na comparação com março de 2016, depreende-se principalmente que o decréscimo está principalmente relacionado com a queda de arrecadação do ICMS Normal (-R\$ 29,7 milhões), seguido do Antecipado (-R\$ 9,4 milhões). Contudo, houve acréscimos na Tributação da Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 5,7 milhões), e do Consumidor Final nas Operações Interestaduais (+R\$ 5,0 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (março/17)
	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16		
Normal	339.671	1.102.524	369.394	1.164.918	-8,0%	57,9%
ST no DF	83.245	235.419	82.390	225.537	1,0%	14,2%
ST fora do DF	125.647	382.883	119.933	354.848	4,8%	21,4%
Antecipado	7.925	21.681	17.359	53.224	-54,3%	1,4%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	17.463	50.886	12.447	25.346	40,3%	3,0%
FCP ²	3.962	14.722	4.473	14.579	-11,4%	0,7%
Outros ³	9.011	26.104	9.719	31.400	-7,3%	1,5%
Total da Arrecadação	586.924	1.834.218	615.717	1.869.852	-4,7%	100,0%

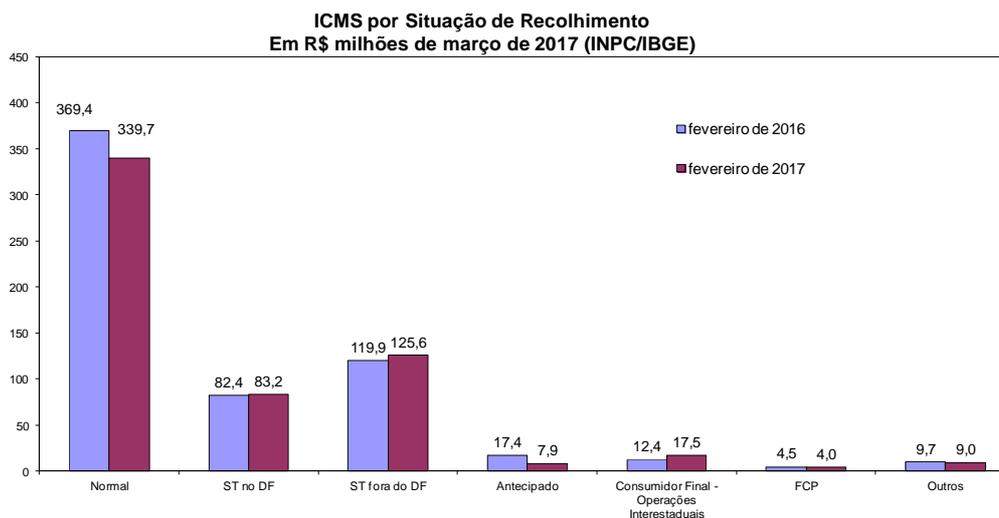
Fonte: SIGGO (12/04/2017) e SIGEST (03/04/2017) - FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

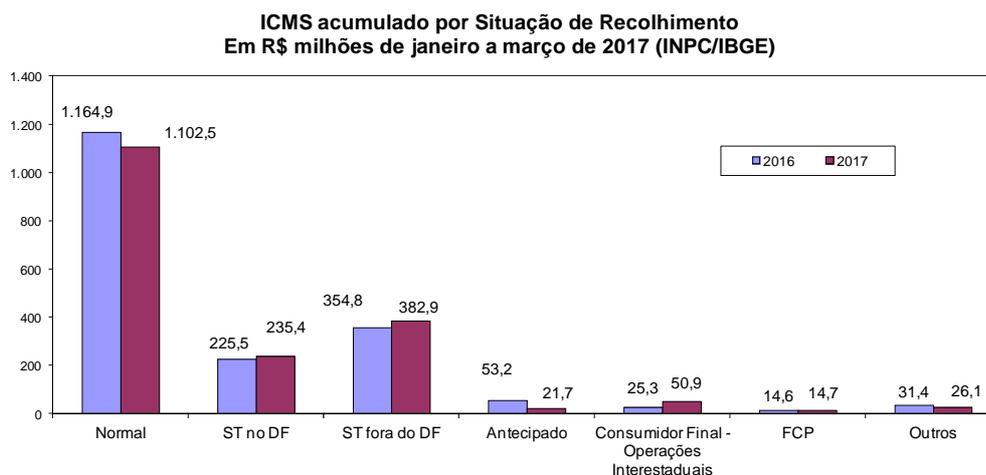
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de março de 2017 com igual mês em 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, houve decréscimo real de R\$ 35,3 milhões na receita total do ICMS, na comparação com correspondente período de 2016.

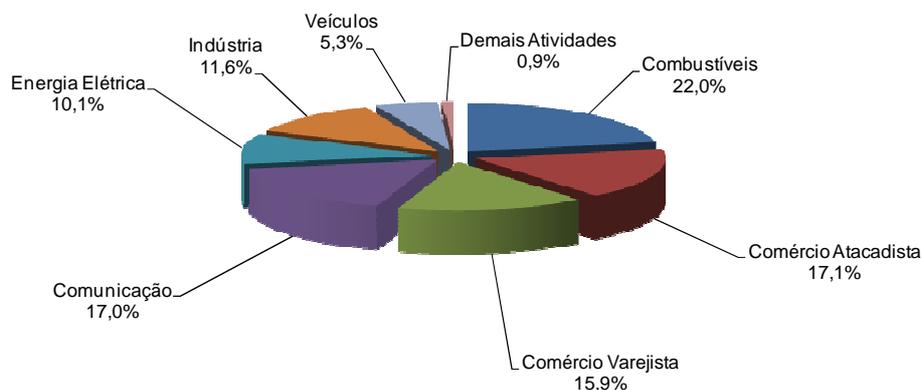


Na análise acumulada, houve incrementos de receita nas modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 28,0 milhões), Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 26,0 milhões) e Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 9,9 milhões). Porém, a exemplo do que ocorreu na arrecadação mensal, foram registradas quedas no ICMS Normal (-R\$ 62,4 milhões) e Antecipado (-R\$ 31,5 milhões).

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em março de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram

Combustíveis com 22,0%, seguido pelo Comércio Atacadista com 17,1%, Comunicação com 17,0%, e, por fim, Comércio Varejista com 15,9%.

**ICMS por Atividade Econômica
março de 2017**

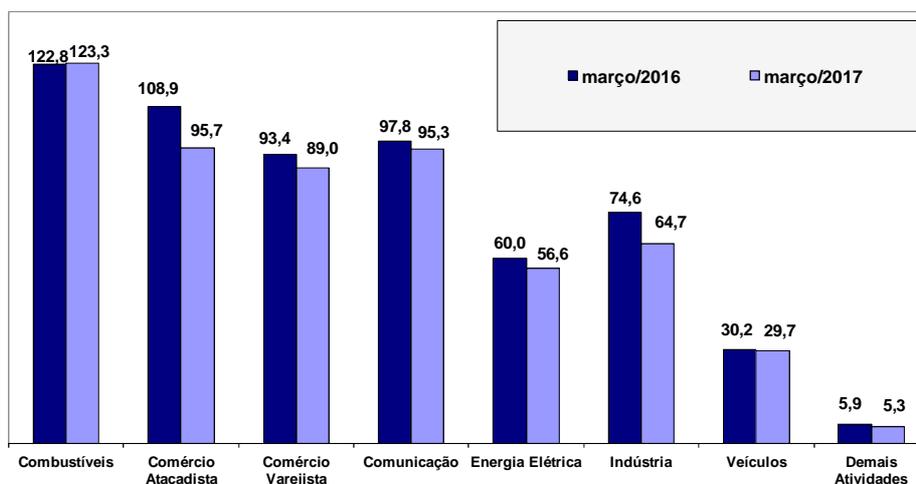


Delineando o desempenho real da receita de março de 2017 frente a março de 2016 pelas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, houve acréscimo de receita apenas no segmento Combustíveis (+R\$ 0,5 milhão), e decréscimo nos demais segmentos, principalmente no Comércio Atacadista (-R\$ 13,2 milhões) e na Indústria (-R\$ 9,9 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (março/2017)
	mar/17		jan-mar/17		mar/17	jan-mar/17	
	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16	mar/16	jan-mar/16	
Combustíveis	123.292	385.487	122.751	377.918	0,4%	2,0%	22,0%
Comércio Atacadista	95.712	314.933	108.930	318.366	-12,1%	-1,1%	17,1%
Comércio Varejista	89.041	295.542	93.443	326.771	-4,7%	-9,6%	15,9%
Comunicação	95.297	287.360	97.760	277.034	-2,5%	3,7%	17,0%
Energia Elétrica	56.553	171.548	60.014	191.635	-5,8%	-10,5%	10,1%
Indústria	64.738	211.104	74.638	215.730	-13,3%	-2,1%	11,6%
Veículos	29.742	94.065	30.185	93.626	-1,5%	0,5%	5,3%
Demais Atividades	5.260	18.112	5.931	19.499	-11,3%	-7,1%	0,9%
TOTAL	559.635	1.778.150	593.653	1.820.580	-5,7%	-2,3%	100,0%

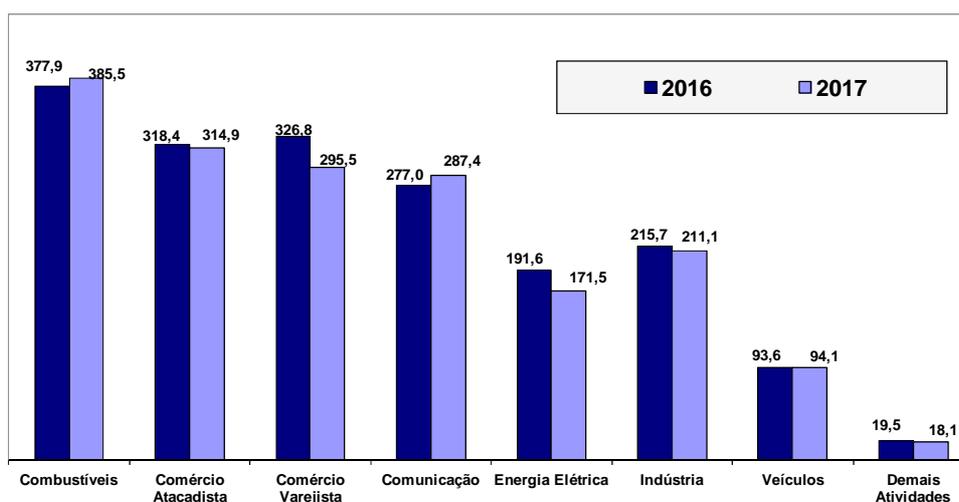
Fonte: SITAF.
 Notas: 1. Valores sem incentivado.
 2. Apuração com base no INPC/IBGE.

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado do ano de 2017 em relação a 2016, destacam-se os segmentos de comunicação (+R\$ 10,3 milhões) e de combustíveis (+R\$ 7,6 milhões). Por outro lado, foram observados decréscimos em comércio varejista (-R\$ 31,2 milhões), e energia elétrica (-R\$ 20,1 milhões).

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a mar)
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

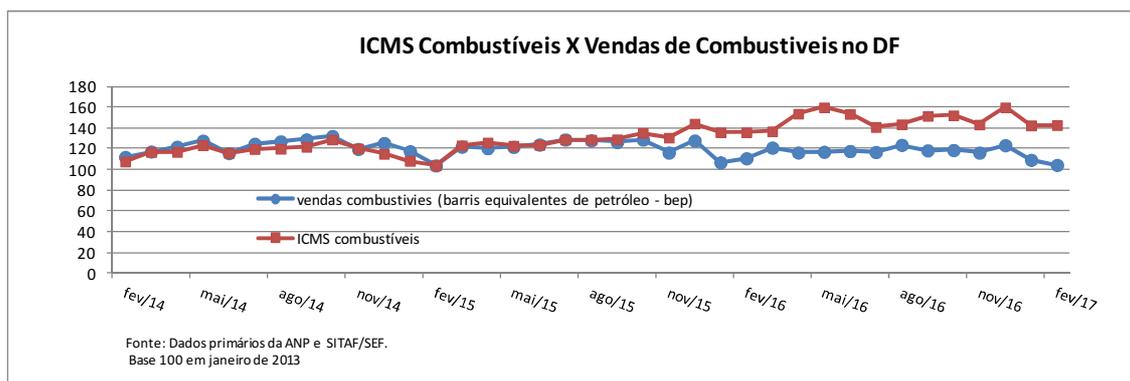
Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. A partir da figura seguinte, observa-se que após outubro de 2015 houve descolamento das duas curvas.

Vale salientar que a partir do ano de 2016, houve aumento da alíquota para combustíveis, o que explicaria o descolamento das curvas de forma mais acentuada a partir de janeiro de 2016. Observa-se, também, que a arrecadação de ICMS referente ao mês de fevereiro de 2017 manteve-se em relação ao mês anterior, e houve um leve aumento em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em março de 2017, a arrecadação apresentou 0,4% de aumento em relação a março de 2016. Quanto ao acumulado do 1º trimestre de 2017, houve aumento de 2,0% na comparação com igual período de 2016.

Em fevereiro de 2017, a produção de petróleo no Brasil totalizou 2,676 milhões de barris por dia (bbl/d). O volume representa um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo mês em 2016 e uma queda de 0,4% na comparação com o mês anterior. Já a produção de gás natural foi de 106,6 milhões de metros cúbicos por dia, superando em 9,2% a produção do mesmo mês em 2016. Houve queda de 3% em relação ao mês anterior. A produção total de petróleo e gás natural no País foi de aproximadamente 3,346 milhões de barris de óleo equivalente por dia, conforme dados divulgados pela ANP.

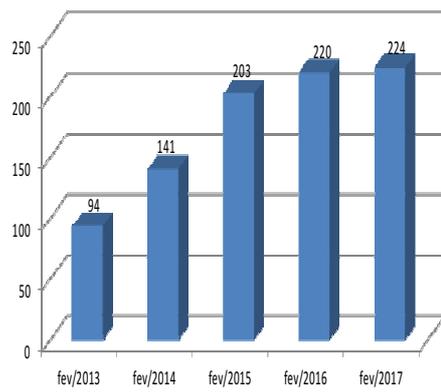


COMUNICAÇÕES

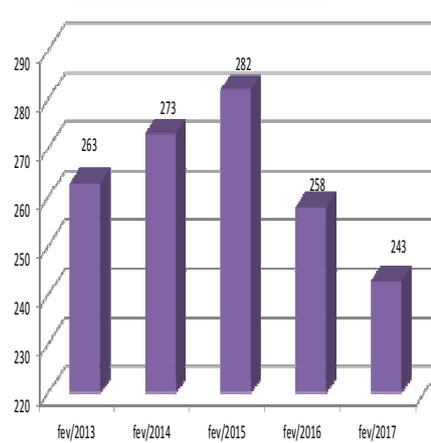
O serviço de banda larga fixa, no Brasil, recebeu 69,74 mil novos assinantes em fevereiro e registrou um aumento de 0,26% em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, a banda larga fixa teve adição de 1,23 milhão de clientes (4,81%), e o número total de usuários do serviço no país chegou a 26,86 milhões, segundo dados divulgados no início de abril pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Vale salientar que a partir de janeiro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a cobrança de ICMS sobre a assinatura básica mensal de telefonia fixa e móvel, o que acarretou aumento na arrecadação do ICMS nesta modalidade.

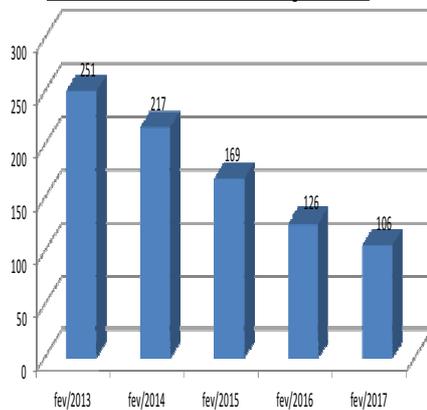
Por outro lado, observa-se nos gráficos abaixo, queda pronunciada no total de acessos excluindo banda larga, uma vez que os acessos via telefonia fixa e móvel vem apresentando decréscimo a partir de 2015.

Total de Acessos Banda Larga - milhões

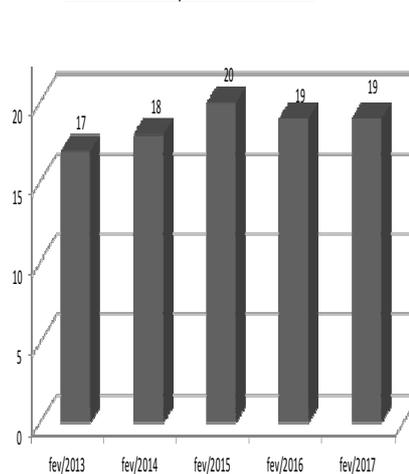
Fonte:Telebrasil.
Engloba banda larga fixa e móvel.

Total de Acessos Telefonia Móvel - milhões

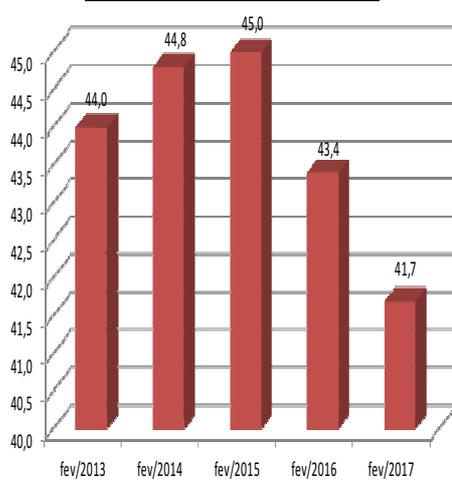
Fonte:Telebrasil.

Total de Acessos Excluindo Banda Larga - milhões

Fonte:Telebrasil.
Engloba telefonia e tv por assinatura, exclui banda larga.

Total de Acessos Tv por assinatura - milhões

Fonte:Telebrasil.

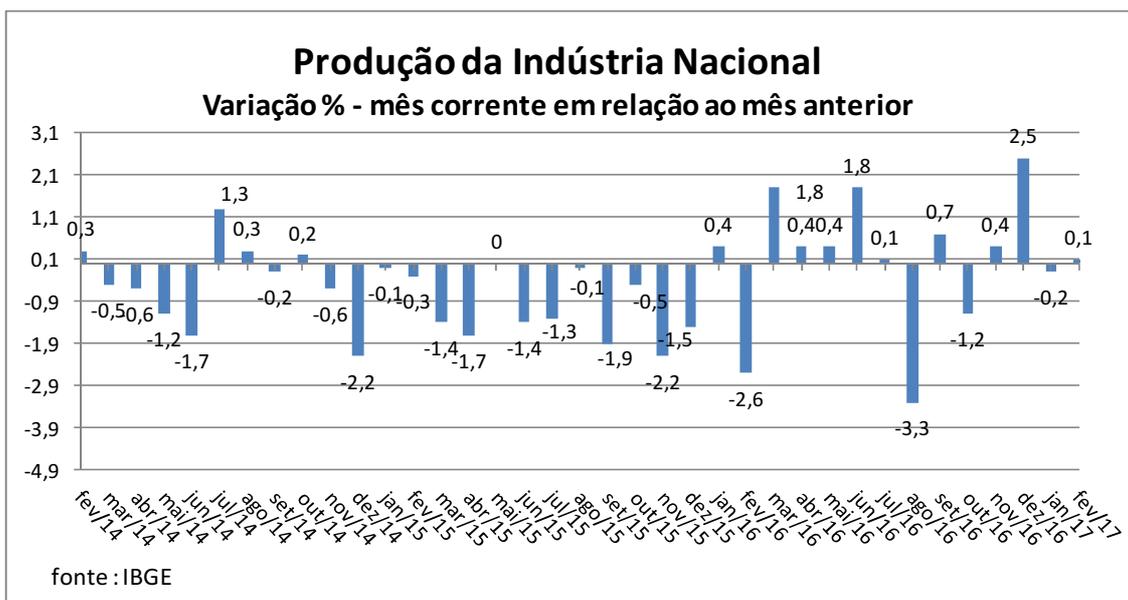
Total de Acessos Telefonia Fixa - milhões

Fonte:Telebrasil.

INDÚSTRIA

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) realizada pelo IBGE, em fevereiro de 2017, houve crescimento de 0,1% em relação a janeiro, conforme apresenta o gráfico abaixo. Na passagem do primeiro para o segundo mês de 2017, a produção de bens duráveis avançou 7,1%, a de bens de capital subiu 6,5% e a de bens intermediários aumentou 0,5%, enquanto a de bens semi e não duráveis diminuiu 1,6% (números com ajuste sazonal).

Ante fevereiro de 2016, a produção de bens de capital aumentou 2,9% e a de bens duráveis cresceu 19,8% (a maior desde fevereiro de 2014, quando avançou 23,3%), enquanto tanto a de bens intermediários quanto a de bens semi e não duráveis declinaram 2,5%.



No Distrito Federal, em março de 2017, a arrecadação de ICMS do setor apresentou queda de 13,3% em comparação com março de 2016. Quanto ao primeiro trimestre de 2017, queda de 2,1% em relação a igual período de 2016.

VEÍCULOS

Em fevereiro de 2017 a venda de veículos caiu 7,6% na comparação com o mesmo mês de 2016, segundo dados divulgados pela Fenabrave, a associação das concessionárias. Foram emplacados 135.663 automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, contra 146.804 no mesmo mês de 2016. Na comparação com janeiro, quando 147.208 veículos foram emplacados, a baixa foi 7,8%.

No Distrito Federal, levantamento realizado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) aponta que em fevereiro foram comercializadas 4.702 unidades ante 5.267 em janeiro (queda de 10,7%).

Quanto à arrecadação de ICMS do setor no Distrito Federal, em março de 2017, houve queda de 1,5% em comparação com março de 2016. No entanto, no primeiro trimestre de 2017, aumento de 0,5% em relação a igual período de 2016.

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista brasileiro recuaram 0,2% em fevereiro em comparação com janeiro, segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 12/4. Em relação a fevereiro de 2016, o varejo nacional recuou 3,2%, 23ª taxa negativa consecutiva na base de comparação. No acumulado dos dois meses do ano, o comércio varejista acumula redução de 2,2% e, nos 12 meses, de 5,4%.

De acordo com o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio, o movimento dos consumidores nas lojas de todo o país cresceu 0,6% em março/17, já efetuados os devidos ajustes sazonais. Em relação ao mesmo mês do ano passado (março/16), o recuo da atividade varejista foi de 1,9%.

Analistas da Serasa Experian explicaram que a queda da inflação, o recuo das taxas de juros e uma melhora dos níveis de confiança do consumidor estão começando a provocar efeitos positivos na atividade

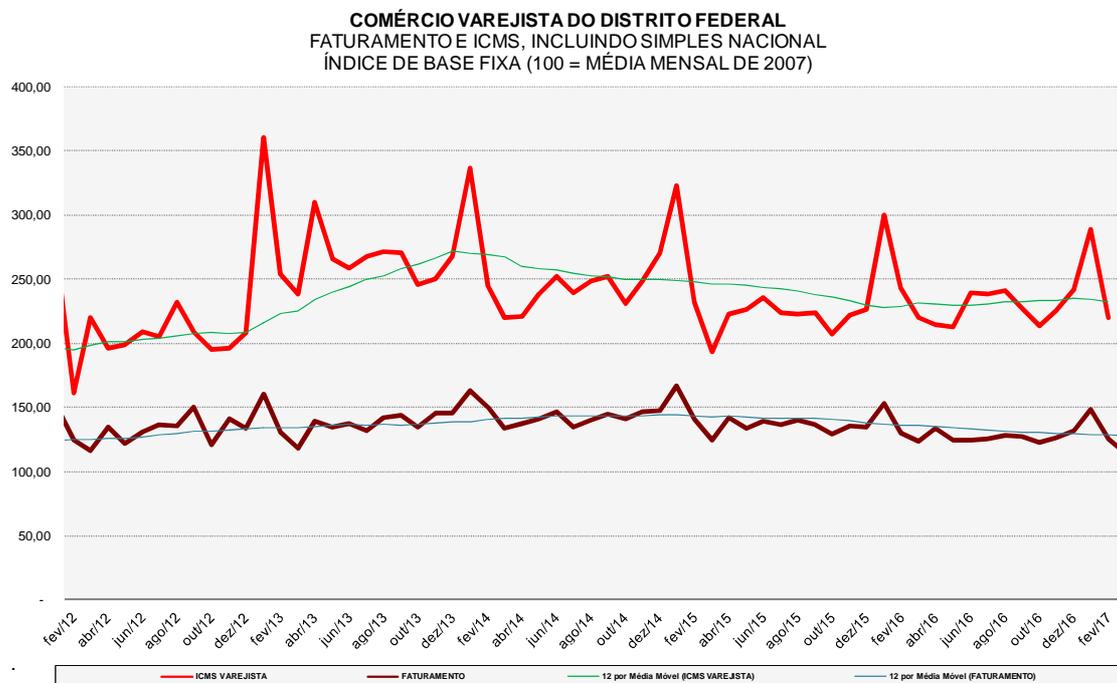
varejista do país, ainda que tal movimento se dê de forma não generalizada. A maior alta observada no varejo em março/17 foi o crescimento de 1,7% do setor de combustíveis e lubrificantes, seguida pelo avanço de 0,8% do segmento de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas. Na direção negativa, o mês de março registrou quedas de 3,3% no setor de veículos, motos e peças, de 1,6% em móveis, eletroeletrônicos e informática, de 2,8% em segmento de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, e de 2,2% no segmento de material de construção

O IAV-IDV (Índice Antecedente de Vendas do Instituto para Desenvolvimento do Varejo) de fevereiro fechou com queda real (já descontada a inflação) de 2,3% em comparação com o mesmo período de 2016. O setor estima a continuidade do resultado negativo em março, mas em um patamar menor, com queda nas vendas de 1,1%. Já a previsão para abril e maio é de crescimento, sendo 3,9% e 3,1%, respectivamente, na comparação anual.

Criado em outubro de 2007, o IAV-IDV é um índice que consolida a evolução das vendas efetivamente realizadas pelos associados do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) com o intuito de projetar expectativas para os próximos meses e, assim, ajudar na tomada de decisão dos executivos do varejo. Para se chegar aos números apresentados pelo IAV-IDV, as empresas associadas reportam seus próprios resultados e suas expectativas sobre vendas no futuro. Em seguida, essas respostas são ponderadas de acordo com o porte de cada empresa, para que se alcance indicadores como o volume de vendas e o faturamento nominal. Os dados extraídos pelo indicador têm permitido uma visualização mais ampla do comportamento do mercado para um período de curto prazo - até três meses.

No Distrito Federal, conforme o gráfico seguinte, a curva de faturamento oriunda de vendas no varejo ainda não apresenta sinais de retomada de crescimento, sugerindo leve movimento de descida desde o segundo semestre de 2014. Por outro lado, enquanto tendência, o ICMS arrecadado do setor parece ter estabilizado a partir do início de 2016, provavelmente devido às medidas legislativas vigentes a partir de 2016.

Na comparação de março de 2017 com março de 2017, houve decréscimo de 4,7%, e no acumulado do 1º trimestre, queda de 9,6%.



ENERGIA ELÉTRICA

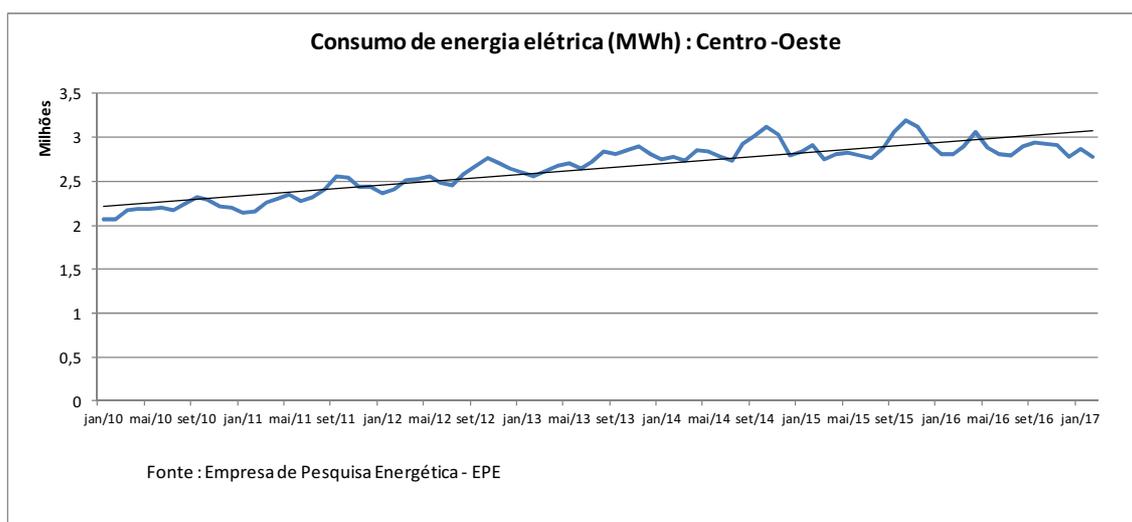
O consumo de energia elétrica no país alcançou 38.593 gigawatts-hora (GWh) em fevereiro, 0,2% acima do apurado no mesmo mês do ano passado, conforme informação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao detalhar o desempenho por setor a EPE informou que o pior resultado de consumo partiu do industrial, com recuo de 0,9%, tendo o comércio também apresentado recuo em fevereiro (-0,5%).

Em contrapartida, a classe residencial mostrou expansão de 0,6% no consumo de energia elétrica em fevereiro deste ano em comparação com igual mês do ano passado, e o segmento outros, que inclui setor rural e iluminação pública, mostrou aumento de consumo de 2,9% no mesmo período de comparação.

Todos os Estados registraram queda no consumo de energia, com destaque para Paraná (-1,1%), Santa Catarina (-0,2%) e Rio Grande do Sul (-0,2%).

A partir do 2º semestre de 2016, a região Centro-Oeste vem apresentando um consumo de energia elétrica aquém do esperado, conforme demonstra o gráfico abaixo, onde a curva do consumo está abaixo da linha de tendência.

Em relação à arrecadação de ICMS no DF do setor, observa-se um pequeno aumento no mês de março de 2017 em relação ao mês anterior. No entanto, comparando a arrecadação do mês de março deste ano em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve redução real de 5,8%. Relativo à arrecadação acumulada do 1º trimestre deste ano em relação ao 1º trimestre do ano anterior, houve queda real de 10,5% na arrecadação.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS em nível nacional apresentou redução real de 1,77% no 1º bimestre de 2017 comparado mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou queda de 0,86% e foi o décimo quinto melhor desempenho entre as 27 Unidades Federadas, e o segundo da região Centro-Oeste, conforme tabela a seguir.

ICMS do 1º Bimestre (em R\$ milhões- INPC/IBGE)

UF	2016	2017	Variação (em %)
PR Paraná	4.555,1	6.118,0	34,31%
AC Acre	171,7	188,4	9,75%
SE Sergipe	509,7	535,2	4,98%
PB Paraíba	861,1	889,6	3,31%
MG Minas Gerais	6.907,3	7.123,7	3,13%
PE Pernambuco	2.282,0	2.346,9	2,84%
PI Piauí	628,0	643,7	2,50%
RS Rio Grande do Sul	5.221,7	5.352,1	2,50%
RN Rio Grande do Norte	871,8	892,8	2,41%
TO Tocantins	380,8	389,3	2,22%
MT Mato Grosso	1.552,8	1.583,5	1,98%
AM Amazonas	1.213,6	1.212,9	-0,05%
AP Amapá	120,5	120,1	-0,33%
CE Ceará	1.784,8	1.778,8	-0,34%
DF Distrito Federal	1.306,7	1.295,4	-0,86%
RR Roraima	117,8	116,7	-0,95%
AL Alagoas	665,8	648,2	-2,65%
GO Goiás	2.434,2	2.356,7	-3,18%
BA Bahia	3.418,7	3.301,6	-3,43%
MS Mato Grosso do Sul	1.316,6	1.260,9	-4,23%
SP São Paulo	21.610,0	20.132,2	-6,84%
ES Espírito Santo	1.672,9	1.534,5	-8,27%
PA Pará	1.825,8	1.671,7	-8,44%
MA Maranhão	1.050,1	958,3	-8,74%
SC Santa Catarina	3.199,1	2.899,8	-9,36%
RJ Rio de Janeiro	6.365,2	5.494,6	-13,68%
RO Rondônia	572,6	484,1	-15,45%
BR BRASIL	72.616,4	71.329,6	-1,77%

Fonte: COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

Conforme o Valor Econômico, em 11/4/2017, a receita corrente total dos Estados cresceu 7,5% nominais no primeiro bimestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano passado. Bem mais do que a inflação acumulada em 12 meses, de 4,57%, e do que o crescimento nos dois anos anteriores - 4,7% em 2016 e 1,1% em 2015. Os números levam em conta a receita corrente primária informada pelos 26 Estados mais o Distrito Federal em seus relatórios fiscais.

Apesar disso, os governos estaduais não comemoram os resultados, argumentando que o aumento apenas recompõe parte do que foi perdido nos últimos anos e não é resultado de melhora na atividade econômica. Explica-se,

em grande parte, por elevação de alíquotas do ICMS, antecipação de recolhimentos e receitas extraordinárias.

A matéria na íntegra se encontra no endereço eletrônico <http://www.valor.com.br/brasil/4934219/estados-cacam-receita-para-investimentos>

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em março de 2017 totalizaram R\$ 26,6 milhões, que representa um acréscimo de 0,75% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve redução de 0,9% para o ICMS e aumento de 6,2% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLS NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Outubro/2016	13.473.671,89	131.400	11.771.507,42	124.532	25.245.179,31
Novembro/2016	19.183.089,46	131.712	13.231.737,94	125.169	32.414.827,40
Dezembro/2016	17.464.326,47	129.604	12.920.402,50	123.976	30.384.728,97
Janeiro/2017	21.115.416,27	127.774	14.475.873,97	123.170	35.591.290,24
Fevereiro/2017	15.286.136,36	131.937	11.149.371,97	127.142	26.435.508,33
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20

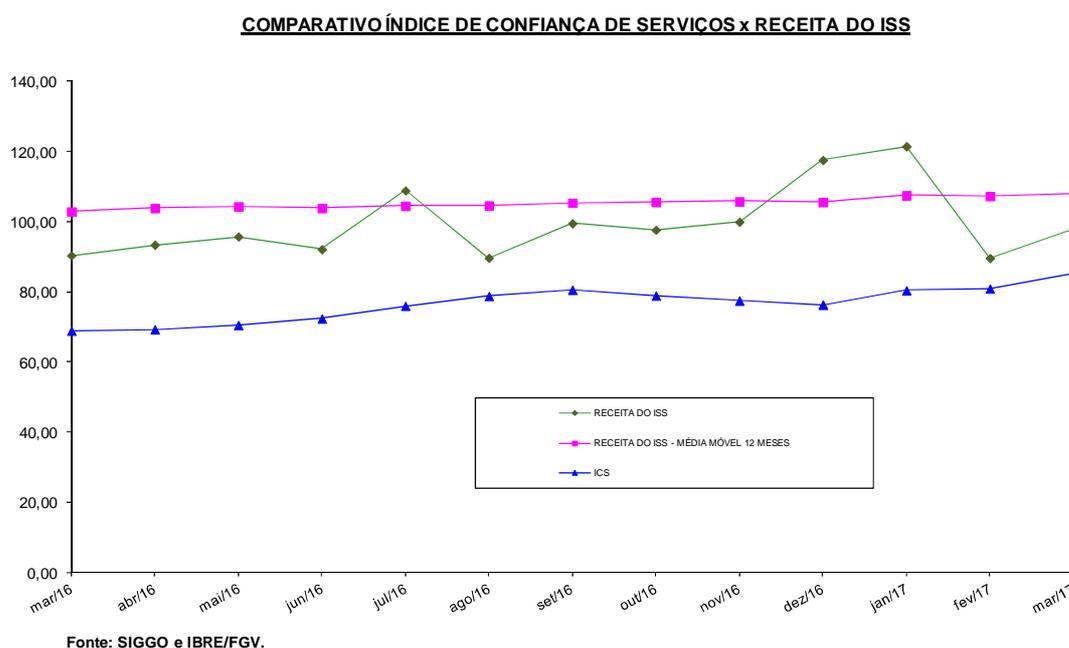
Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de março de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 125,3 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 8,5% na arrecadação, correspondente a um aumento real de 3,8%.

No 1º trimestre de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 394,9 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 9,5% e ganho real de 4,4%. Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até março de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Observa-se na ilustração acima que, apesar da queda acentuada da receita do ISS em fevereiro de 2017 e da pequena retomada em março, a média de doze meses da arrecadação do ISS permanece em nível superior ao observado em 2016.

Quanto ao índice de confiança do consumidor verifica-se um retorno da trajetória ascendente, haja vista que após quatro quedas consecutivas do indicador ao final de 2016, o índice volta a registrar elevações em janeiro, fevereiro e março, apresentando o maior nível desde dezembro de 2014.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE

2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de março de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 159.116 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

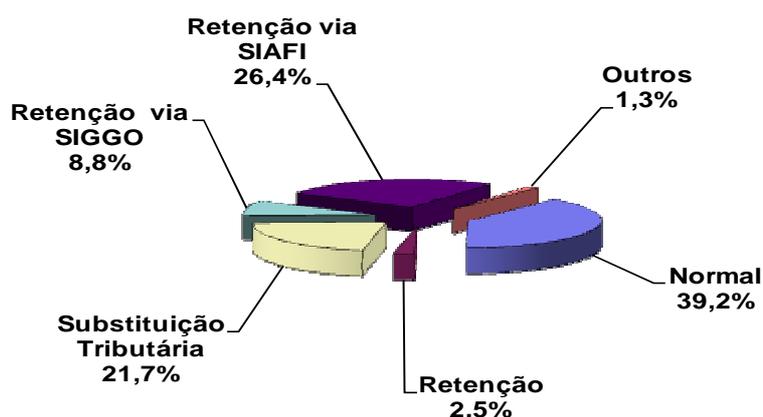
MARÇO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	858	11.746	1.358	2.200	1.400	448	4.088	831	5.440	161	28.530
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.855	16.045	11.937		11.901	4.327	7.680	5.303	19.700	1.690	83.438
5) SIMPLES NACIONAL	2.115	14.777	3.574	29	3.492	1.240	6.031	2.037	11.526	444	45.265
6) Sociedades Uniprofissionais	2	789	6	6	2	1	62	4	67	1	940
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				57							57
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)				51						1	52
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF	4	9	2	761	4		1		2		783
TOTAL	7.834	43.370	16.877	3.151	16.799	6.016	17.862	8.175	36.735	2.297	159.116
PARTICIPAÇÃO	4,92%	27,26%	10,61%	1,98%	10,56%	3,78%	11,23%	5,14%	23,09%	1,44%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve um decréscimo de 345 inscrições, que se deve principalmente a diminuição de 1.886 inscrições do Regime Normal, que superou os aumentos de 1.136 inscrições do SIMEI-Microempreendedor Individual e de 425 inscrições do Simples Nacional.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 17,9% estão no Regime Normal de Apuração, 52,4% no SIMEI, e 28,5% no Simples Nacional, e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em março de 2017, o ISS Normal respondeu por 39,2% dos ingressos do imposto, a Retenção via SIAFI por 26,4% e a Substituição Tributária por 21,7%.

ISS por Situação de Recolhimento Março de 2017

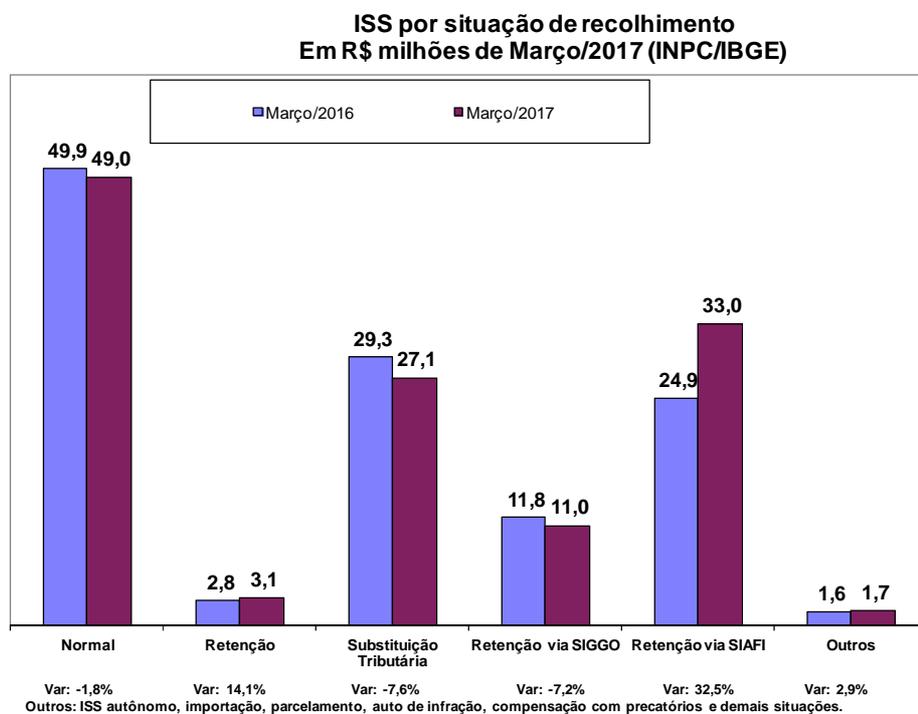


Verifica-se na tabela abaixo que no mês de março de 2017, em comparação com igual mês do ano anterior, houve aumento real das modalidades de recolhimento Retenção via SIAFI, Retenção, além de Outros, que suplantou as quedas verificadas na Substituição Tributária, Retenção via SIGGO e Normal.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (fev-17)
	mar/16		mar/17		mar/17	jan-mar/17	
	mar/16	jan-mar/16	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16	
Normal	49.874	161.293	48.963	164.822	-1,8%	2,2%	39,2%
Retenção	2.755	8.711	3.143	8.970	14,1%	3,0%	2,5%
Substituição Tributária	29.319	100.688	27.099	98.307	-7,6%	-2,4%	21,7%
Retenção via SIGGO	11.843	31.068	10.995	27.368	-7,2%	-11,9%	8,8%
Retenção via SIAFI	24.888	71.635	32.979	89.158	32,5%	24,5%	26,4%
Outros	1.636	4.864	1.685	6.232	2,9%	28,1%	1,3%
Total da Arrecadação	120.316	378.258	124.863	394.856	3,8%	4,4%	100,00%

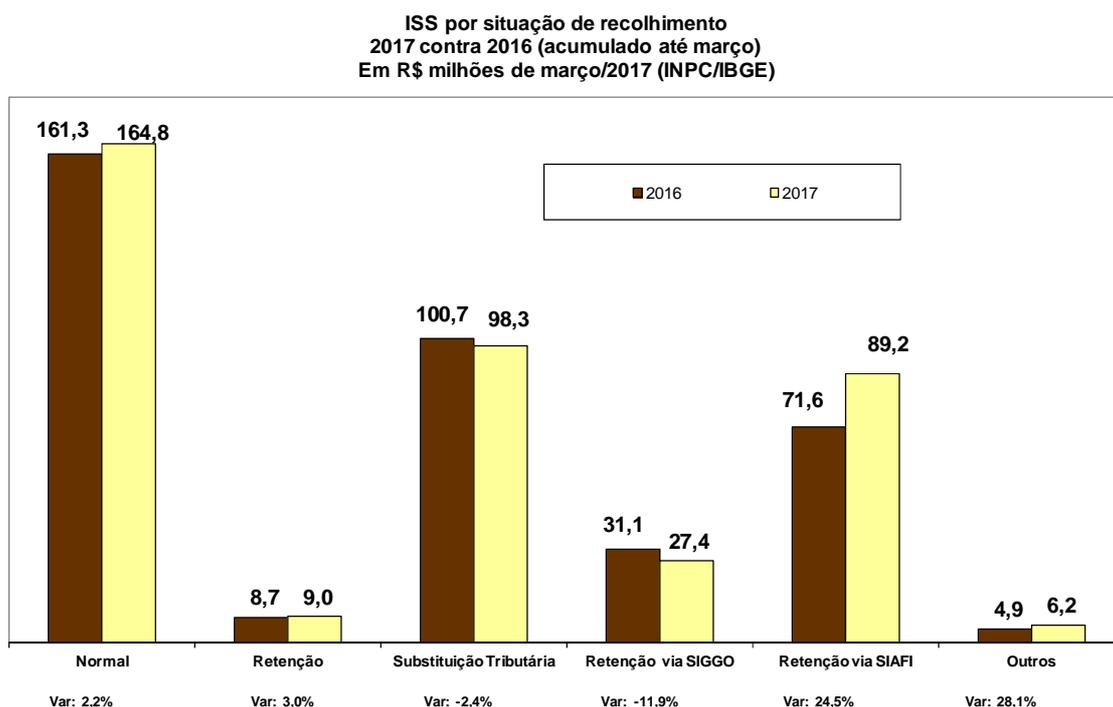
Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

O gráfico seguinte ilustra o comparativo mensal de arrecadação do ISS por modalidade econômica dos meses de março de 2017 e de 2016.

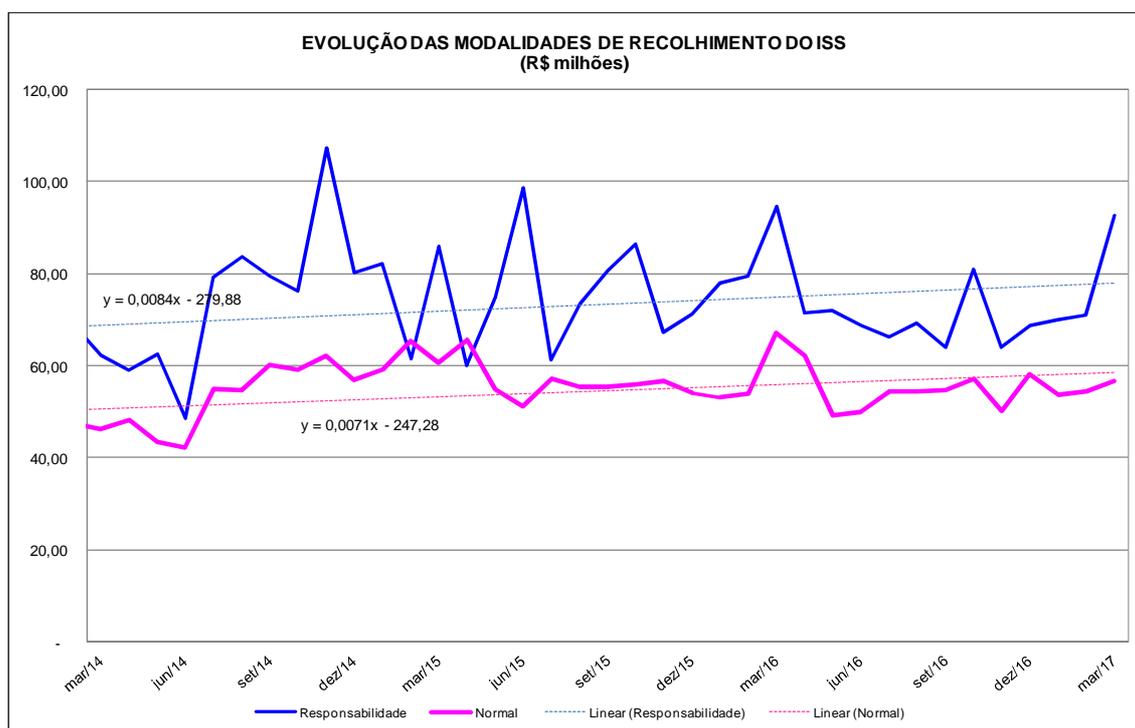


Delineando o aumento real de R\$ 4,6 milhões em março de 2017 frente a igual mês de 2016, verifica-se que as quedas observadas nas modalidades Substituição Tributária (-R\$ 2,2 milhões), Normal (-R\$ 0,9 milhão) e Retenção via SIGGO (-R\$ 0,9 milhão) foram suplantadas pelo expressivo aumento ocorrido na modalidade Retenção via SIAFI (+R\$ 8,1 milhões). Observa-se, no entanto, que em torno de R\$ 5 milhões desta modalidade foram arrecadados em fevereiro de 2017 e contabilizados tardiamente pelo SIGGO em março de 2017.

A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no primeiro trimestre de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior. Denota-se que houve decréscimo real de receita para as modalidades de recolhimento Retenção via SIGGO (-R\$ 3,7 milhões) e Substituição Tributária (R\$ -2.4 milhões), compensados principalmente pelos aumentos observados na modalidade Normal (+R\$ 3,5 milhões) e Retenção Via SIAFI (+R\$ 17,6 milhões).



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de fevereiro de 2013. Observa-se que na última observação, houve um expressivo aumento na modalidade sob responsabilidade, que imprimiu uma aceleração no crescimento superior ao da modalidade Normal.



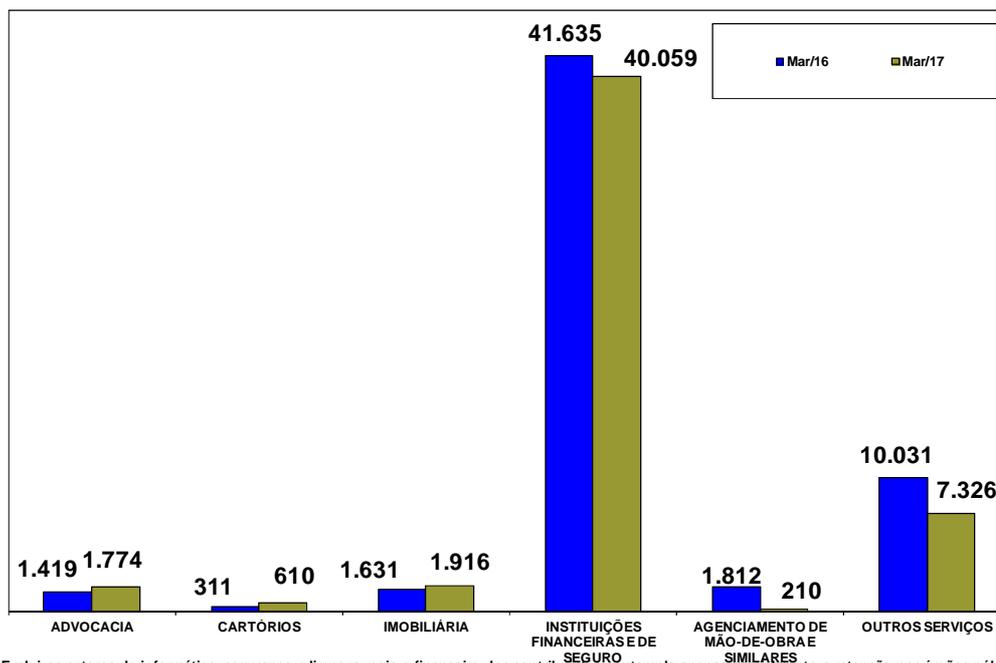
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em março de 2017, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 44,8%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 8,9% e Ensino de 5,4%.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de março de 2017 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que os principais acréscimos se deram em Advocacia (+R\$ 354 mil), Cartórios (+R\$ 300 mil) e Imobiliária (+R\$ 285 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos os segmentos de Outros Serviços (-R\$ 2.705 mil), Agenciamento de Mão-de-Obra (-R\$ 1.602 mil) e Instituições Financeiras (-R\$ 1.576 mil).

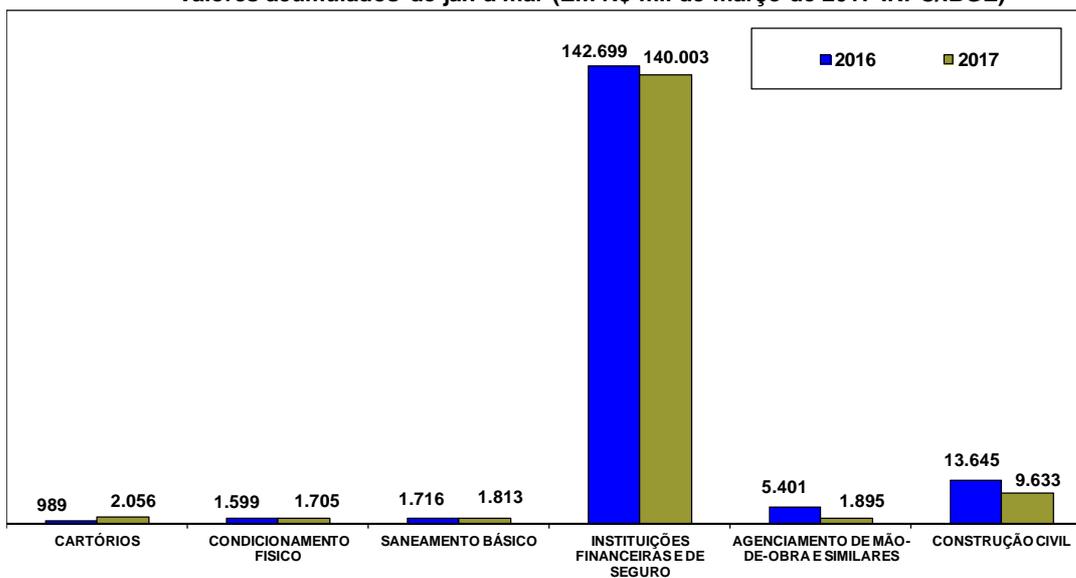
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil março/2017 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cartórios (+R\$ 1.066 mil), Condicionamento Físico (+R\$ 106 mil) e Saneamento (+R\$ 98 mil). Por sua vez, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de Construção Civil (-R\$ 4.012 mil), Agenciamento de Mão-de-obra (-R\$ 3.506 mil) e Instituições Financeiras (-R\$ 2.696 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
***Valores acumulados de jan a mar (Em R\$ mil de março de 2017-INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(03 março 2017 – Séries Históricas.xls)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

MARÇO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	26
ARRECADAÇÃO DO ISS	26
SÉRIES HISTÓRICAS	36

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de março e ao primeiro trimestre de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 12/04/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 03/04/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de março e no primeiro trimestre de 2017, em relação a 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 18 de abril de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de março de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.189,0 milhões em valores correntes. No confronto com março de 2016, aponta-se decréscimo nominal de 14,9%, que corresponde a uma queda real de 18,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de março discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 12/04/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	mar/17	mar/16	março/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em março/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	586.924	588.815	615.717	-1.890	-0,3%	-28.793	-4,7%	49,4%
ISS	125.263	115.428	120.701	+9.835	+8,5%	+4.561	+3,8%	10,5%
SIMPLES	26.708	26.089	27.281	+619	+2,4%	-573	-2,1%	2,2%
IRRF	228.815	227.907	238.319	+909	+0,4%	-9.504	-4,0%	19,2%
IPVA	128.524	355.528	371.772	-227.004	-63,8%	-243.248	-65,4%	10,8%
IP TU/TLP	4.818	4.064	4.250	+754	+18,6%	+568	+13,4%	0,4%
ITBI	30.059	28.495	29.797	+1.564	+5,5%	+262	+0,9%	2,5%
ITCD	8.896	7.935	8.297	+961	+12,1%	+598	+7,2%	0,7%
Outras Taxas	5.875	5.654	5.912	+221	+3,9%	-37	-0,6%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.145.882	1.359.914	1.422.047	-214.032	-15,7%	-276.165	-19,4%	96,4%
Dívida Ativa	26.576	24.633	25.759	+1.942	+7,9%	+817	+3,2%	2,2%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	8.070	6.732	7.039	+1.338	+19,9%	+1.031	+14,6%	0,7%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	8.435	5.507	5.758	+2.928	+53,2%	+2.677	+46,5%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	43.080	36.872	38.557	+6.208	+16,8%	+4.524	+11,7%	3,6%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.188.962	1.396.786	1.460.603	-207.824	-14,9%	-271.641	-18,6%	100,0%

Fonte: SIGGO.

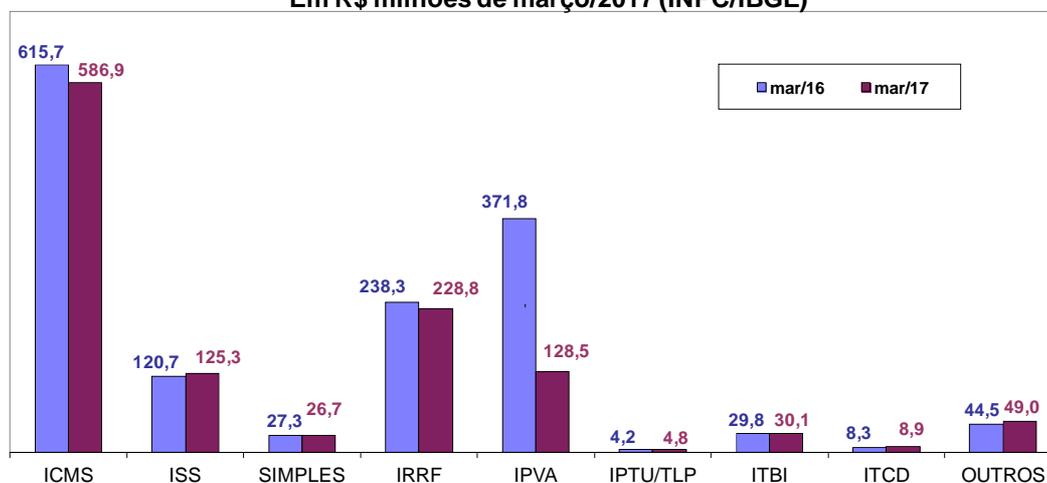
No resultado acumulado do período de janeiro a março de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 3.719,5 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 7,3%, correspondente a um aumento real de 2,4% em relação ao mesmo período de 2016. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017									
Dados SIGGO em 12/04/2017									
VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2017	2016	2017 pelo INPC/IBGE	2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	1.829.001	1.777.047	1.834.567	1.869.852	+51.954	+2,9%	-35.285	-1,9%	49,2%
ISS	394.882	360.589	396.119	379.469	+34.294	+9,5%	+16.650	+4,4%	10,6%
SIMPLES	88.880	86.989	89.165	91.593	+1.891	+2,2%	-2.428	-2,7%	2,4%
IRRF	617.405	581.760	618.957	611.326	+35.645	+6,1%	+7.631	+1,2%	16,6%
IPVA	535.645	434.229	537.099	454.715	+101.416	+23,4%	+82.384	+18,1%	14,4%
IPTU/TLP	29.518	22.773	29.641	24.044	+6.746	+29,6%	+5.597	+23,3%	0,8%
ITBI	75.971	62.931	76.176	66.114	+13.041	+20,7%	+10.062	+15,2%	2,0%
ITCD	22.814	29.236	22.876	30.819	-6.421	-22,0%	-7.943	-25,8%	0,6%
Outras Taxas	17.850	16.456	17.904	17.312	+1.395	+8,5%	+592	+3,4%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	3.611.969	3.372.009	3.622.505	3.545.244	+239.960	+7,1%	+77.261	+2,2%	97,1%
Dívida Ativa	63.923	59.023	64.089	62.037	+4.900	+8,3%	+2.052	+3,3%	1,7%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	19.869	16.853	19.921	17.716	+3.016	+17,9%	+2.205	+12,4%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	23.698	18.137	23.769	19.097	+5.561	+30,7%	+4.671	+24,5%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	107.490	94.013	107.779	98.850	+13.477	+14,3%	+8.928	+9,0%	2,9%
Total da Arrecadação (A) + (B)	3.719.459	3.466.021	3.730.284	3.644.094	+253.437	+7,3%	+86.189	+2,4%	100,0%

Fonte: SIGGO.

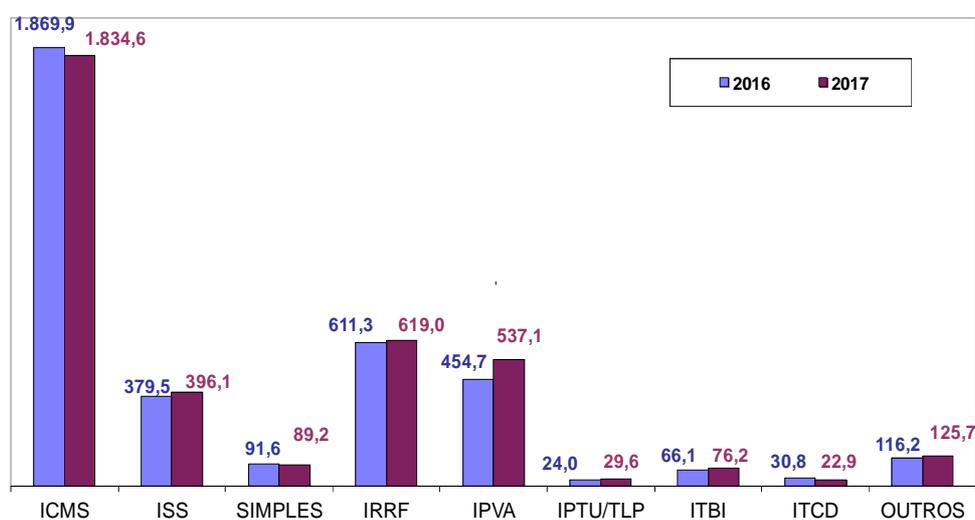
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em março de 2017 frente a março de 2016, verificou-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, decresceu 4,7% (-R\$ 28,8 milhões). Adicionalmente, o **IRRF**, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou decréscimo de 4,0% (-R\$ 9,5 milhões). Observou-se, também, um expressivo decréscimo de IPVA na ordem de 65,4% (-R\$ 243,2 milhões), que pode ser explicado pela mudança do calendário de vencimento do imposto em 2017. No mês de março de 2017, ocorreu o vencimento da 2ª parcela do imposto, enquanto que em março de 2016 venceu a cota única e a 1ª parcela do imposto.

Arrecadação em março/2017 contra março/2016
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



Na comparação do acumulado de janeiro a março de 2017 com correspondente período de 2016, observou-se, por outro lado, o acréscimo real significativo do **IPVA** de 18,1% (+R\$ 82,4 milhões), decorrente da alteração do calendário de vencimento do imposto em 2017. Observa-se também acréscimo de 4,4% no **ISS** (+R\$ 16,7 milhões). Por outro lado, foi registrada queda real de 1,9% na arrecadação do **ICMS** (-R\$ 35,3 milhões) e de 25,8% na arrecadação do **ITCD** (-R\$ 7,9 milhões).

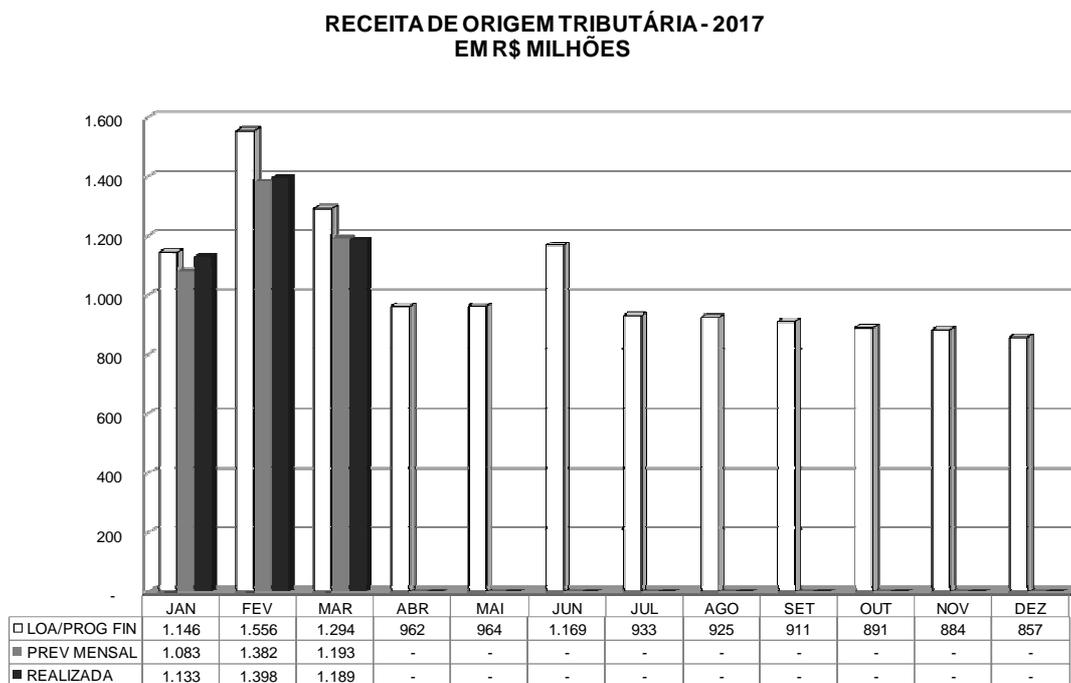
Arrecadação em 2017 contra 2016
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



O Índice FipeZap, desenvolvido em conjunto pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e pelo portal ZAP, que acompanha o preço médio do m² de apartamentos prontos em 20 cidades brasileiras com base em anúncios da internet, manteve-se praticamente estável (-0,04%) entre fevereiro e março de 2017, acumulando uma alta de apenas 0,77% nos últimos 12 meses. Individualmente, 11 das 20 cidades pesquisadas apresentaram variação negativa nos preços entre fevereiro e março de 2017.

Considerando os últimos 12 meses, 5 das 20 cidades pesquisadas registraram queda nominal nos preços de venda, entre elas o Distrito Federal, onde registrou-se, de acordo com a pesquisa, variações de 0,10% entre fevereiro e março, de -0,40% nos três primeiros meses do ano e de -1,10% nos últimos 12 meses.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na programação financeira, na LOA, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em março de 2017 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 4,1 milhões, o que corresponde a um diminuto desvio negativo de 0,35% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de março, houve frustração de R\$ 105,4 milhões, conforme o quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os desvios negativos mais relevantes observados foram no ICMS, no IRRF e no IPVA, correspondentes a R\$ 58,3 milhões, R\$ 24,6 milhões e 21,9 milhões, respectivamente.

No caso do ICMS, dois fatores podem explicar o desvio obtido: 1. Projeção do PIB para 2017 pela pesquisa Focus/BACEN mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,48% utilizado na previsão mensal de março de 2017); 2. Projeção para 2017 das receitas

decorrentes das medidas legislativas de aumento de carga tributária (entre elas fonte 900), revisada para 75% da expectativa considerada à época da elaboração da LOA na previsão mensal de março de 2017.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - MARÇO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	581.457	645.273	586.924	5.467	(58.349)
ISS	121.368	126.099	125.263	3.895	(836)
SIMPLES	33.198	36.981	26.708	(6.490)	(10.274)
IRRF	253.459	253.459	228.815	(24.644)	(24.644)
IPVA	119.067	150.448	128.524	9.456	(21.925)
IPTU/TLP	4.246	4.367	4.818	573	451
ITBI	31.255	31.164	30.059	(1.196)	(1.105)
ITCD	7.825	9.263	8.896	1.071	(367)
OUTRAS TAXAS	5.653	5.816	5.875	222	59
RECEITA TRIB TOTAL	1.157.529	1.262.870	1.145.882	(11.647)	(116.988)
DÍVIDA ATIVA	22.632	21.885	26.576	3.943	4.690
M/J DÍVIDA ATIVA	6.224	6.939	8.070	1.846	1.131
M/J TRIBUTOS	6.707	2.676	8.435	1.728	5.759
TOTAL OUTRAS REC	35.563	31.501	43.080	7.518	11.579
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.193.092	1.294.371	1.188.962	(4.129)	(105.409)

No acumulado de janeiro a março de 2017, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal, de R\$ 61,4 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o IPVA (+R\$ 87,3 milhões) e com o ISS (+R\$ 23,9 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacam-se o IRRF (-R\$ 38,3 milhões), o ITBI (-R\$ 9,4 milhões) e o ICMS (-R\$ 10,0 milhões).

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A MARÇO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	1.838.967	2.016.114	1.829.001	(9.966)	(187.112)
ISS	371.031	386.210	394.882	23.852	8.673
SIMPLES	97.911	104.784	88.880	(9.030)	(15.903)
IRRF	655.680	655.680	617.405	(38.275)	(38.275)
IPVA	448.390	571.827	535.645	87.255	(36.182)
IPTU/TLP	23.260	25.212	29.518	6.258	4.307
ITBI	85.346	82.953	75.971	(9.375)	(6.982)
ITCD	20.487	26.297	22.814	2.327	(3.483)
OUTRAS TAXAS	16.925	17.320	17.850	926	530
RECEITA TRIB TOTAL	3.557.996	3.886.396	3.611.969	53.972	(274.427)
DÍVIDA ATIVA	67.372	71.757	63.923	3.449	(7.833)
M/J DÍVIDA ATIVA	14.826	23.830	19.869	5.043	(3.961)
M/J TRIBUTOS	17.877	14.209	23.698	5.821	9.490
TOTAL OUTRAS REC	100.075	109.795	107.490	7.415	(2.305)
TOTAL DA ARRECAÇÃO	3.658.071	3.996.191	3.719.459	61.387	(276.732)

Quanto à comparação da receita acumulada no 1º trimestre de 2017 prevista na LOA/Programação Financeira com a receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 276,7 milhões. Ressalte-se que a maior frustração

de realização ocorreu no ICMS (-R\$ 187,1 milhões), devido aos motivos apontados anteriormente na comparação mensal, no IRRF (-R\$ 38,3 milhões) e no IPVA (-R\$ 36,2 milhões). Os destaques positivos ocorreram em Multas e Juros dos Tributos (+R\$ 9,5 milhões) e no ISS (+R\$ 8,7 milhões).

CENÁRIO MACROECONÔMICO

A tabela abaixo resume indicadores econômicos, considerados como relevantes na elaboração do presente relatório.

	Unidade	Fonte	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	12 meses	projeção 2017
IPCA (projeção em 13/04/2017)	variação %	IBGE/Bacen	0,30%	0,38%	0,33%	0,25%	4,76%	4,06%
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/Bacen	1,12%	0,72%	-0,03%	-0,02%	4,51%	nd
SELIC	variação % a.a.	BACEN	13,75%	13,00%	12,25%	12,25%	nd	8,5%
PIB BRASIL (projeção em 13/04/2017)	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/Bacen	-3,6%	nd	nd	nd	nd	0,40%
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN		0,62%	1,31%	nd	-3,68%	nd
Taxa de desemprego no DF	variação %	CODEPLAN	18,6%	19,3%	20,0%	nd	nd	nd
FipeZap ampliado	variação %	Fipe	0,13%	0,00%	0,13%	-0,04%	0,77%	nd
FipeZap DF	variação %	Fipe	-0,11%	-0,44%	-0,06%	0,10%	-1,10%	nd
Preço médio imóvel DF	R\$/m ²	Fipe	8.497	8.432	8.427	8.436	nd	nd
Venda combustíveis DF	bep	ANP	1.119.293	991.354	947.248	nd	nd	nd
Produção industrial Brasil (PIM-PF)	var % mês/mês ant	IBGE	2,3%	-0,1%	0,1%	nd	-4,8%	1,19%
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - BR	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-1,2%	3,2%	-1,7%	nd	nd	nd
Receita nominal de vendas/com. varej. ampliado - DF	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,8%	-3,0%	-7,5%	nd	nd	nd
Índice Antecedente de Vendas	var % mês/mês ano ant.	IDV	-3,5%	-4,1%	-2,3%	nd	nd	nd
Consumo de energia elétrica (região CO)	MWh	EPE	2.784.136	2.865.057	2.780.115	nd	nd	nd
Veículos vendidos Brasil	unidades	Fenabrave	204.373	147.208	135.663	nd	nd	nd
Veículos vendidos DF	unidades	Sincodiv	6.830	5.729	4.702	6.098	nd	nd

PIB

De acordo com as projeções do Boletim Focus divulgado em 17/4 pelo Banco Central após consultar economistas de mais de cem instituições financeiras, a mediana das expectativas para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 caiu de 0,41% para 0,40%, sinalizando um pequeno mas significativo crescimento diante de dois anos seguidos de fortes retrações do PIB (-3,6% em 2016 e -3,8% em 2015), segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para 2018 a estimativa para o crescimento da economia permaneceu em 2,50% pela quarta semana seguida.

IPC-Br

Em 17/4 o Banco Central divulgou que o nível de atividade da economia brasileira, medido pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), registrou alta de 1,31% em fevereiro deste ano na comparação com o mês anterior e de 0,48% em relação a fevereiro de 2016, já levando em conta as diferenças sazonais entre os períodos analisados.

O IBC-Br foi criado pelo BC para ser uma referência do comportamento da atividade econômica que sirva para orientar a política de controle da inflação pelo Comitê de Política Monetária (Copom), uma vez que o dado oficial do Produto Interno Bruto (PIB) é divulgado pelo IBGE com defasagem em torno de três meses. Tanto o IBC-Br quanto o PIB são indicadores que medem a atividade econômica, mas têm diferenças na metodologia. O indicador do BC leva em conta trajetória de variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (indústria, agropecuária e serviços). É o que os economistas chamam de proxy, uma aproximação, mas não pode ser considerado uma prévia do PIB porque o dado oficial é muito mais complexo. O número costumava ter resultados próximos ao dado oficial, mas tem apresentado resultados divergentes por causa das diferenças metodológicas.

IPCA

A estimativa mediana para a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2017, considerado o índice oficial de inflação, que mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais entre um e 40 salários mínimos que vivem nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Vitória, Belém e Brasília e nos municípios de Goiânia e Campo Grande, caiu de 4,15% há quatro semanas para 4,06%, a sexta queda consecutiva.

Tal recuo reforça a expectativa dos economistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central de que a inflação desacelere ainda mais, se afastando do centro da meta de 4,50% fixada pelo Conselho

Monetário Nacional (CMN) e que deve ser perseguida pelo Banco Central, que para isso eleva ou reduz a taxa de juros (Selic), uma vez que taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, contribuindo para o controle dos preços. Fato semelhante não acontece desde 2009, quando o IPCA subiu 4,31% e a meta também era de 4,5%.

SELIC

Em reunião concluída em 12/4, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu acelerar o ritmo e reduziu a taxa básica de juros da economia brasileira pela quinta vez seguida, de 12,25% para 11,25% ao ano. O corte, de um ponto percentual, foi o maior desde março de 2009, ou seja, em oito anos, e levou a Selic ao menor patamar desde outubro de 2014 – quando a taxa estava em 11% ao ano.

Essa última redução reforça a previsão dos analistas das instituições financeiras de que o Copom continuará a reduzir a Selic nos próximos meses e que a taxa chegará a 8,5% ao ano no fim de 2017, ou seja, em apenas um dígito, algo que não acontece desde o final de 2013.

Mesmo com essa última redução decidida pelo Copom, o Brasil ainda permanece na liderança do ranking mundial de juros reais (calculados com abatimento da inflação prevista para os próximos 12 meses).

Com os juros básicos em 11,25% ao ano, a taxa real do Brasil soma 6,36% ao ano, permanecendo acima do segundo colocado, que é a Rússia, com 5,12% ao ano, seguida pela Colômbia, com 2,49% ao ano. Nas 40 economias pesquisadas, a taxa média está negativa em 2,2% ao ano.

TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego, que tem influência na arrecadação do ICMS (especialmente no comércio varejista) e do ISS realizada no mês seguinte, em fevereiro de 2017 aumentou de 19,3% para 20,0%, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED) realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade

Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, Codeplan, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE. Segundo a pesquisa, o DF fechou o mês de fevereiro com 312 mil desempregados – 10 mil a mais que em janeiro e 77 mil a mais ante fevereiro de 2016.

No Brasil, a taxa de desemprego atingiu 13,2% no trimestre encerrado em fevereiro, conforme informou em 31/3 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), foi apurada uma alta de 1,3 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior, sendo a maior taxa de desocupação no País da série histórica do indicador iniciada em 2012.

No trimestre de dezembro a fevereiro, o Brasil tinha 13,5 milhões de desempregados - crescimento de 11,7% (1,4 milhão de pessoas a mais) frente ao trimestre encerrado em novembro de 2016 e 30,6% (mais 3,2 milhões de pessoas) em relação a igual trimestre de 2016.

ARRECAÇÃO DO ICMS

No mês de março de 2017, a receita do ICMS registrou o ingresso de R\$ 586,9 milhões em valores correntes. No comparativo com março de 2016, houve decréscimo nominal de 0,3%, e uma queda real de 4,7%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do 1º trimestre do exercício de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 1.829,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,9%, mas decréscimo real de 1,9%, em relação ao mesmo período de 2016.

Em março de 2017, no cadastro fiscal do Distrito Federal, havia 154.736 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Houve redução no número de contribuintes em relação a fevereiro de 2017 de 0,1%.

MARÇO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	10	5	2					25
2) Regime Normal de Apuração	636	3.906	1.425	1.887	1.435	533	2.406	715	3.737	189	16.869
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	202	4	113	2	3	48	1	45		423
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		3		18
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.051	15.175	13.090		13.039	5.254	7.890	5.491	20.956	1.944	87.890
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.111	11.266	4.617	24	4.630	1.892	5.782	2.304	12.038	616	45.280
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				917							917
10) Telecomunicações-Centralizada				64							64
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	8	13	9	3.172	5		2		5		3.214
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			1		1		4
TOTAL	7.812	30.566	19.150	6.233	19.116	7.684	16.129	8.511	36.784	2.749	154.736
PARTICIPAÇÃO	5,05%	19,75%	12,38%	4,03%	12,35%	4,97%	10,42%	5,50%	23,77%	1,78%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	-0,17%	-0,07%	-0,29%	-0,13%	-0,04%	-0,31%	-0,15%	-0,16%	-0,04%	-0,25%	-0,12%

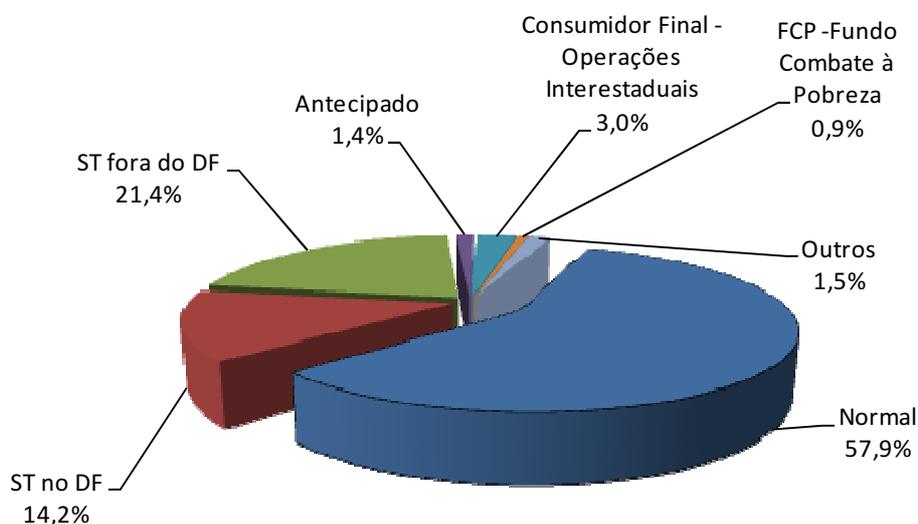
Fonte: CCALT/SUREC, em 31/03/2017.

Em março de 2017, do total de inscritos, 86,1% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 45.280 e 87.890 contribuintes, respectivamente, e 10,9% no Regime Normal de Apuração, com 16.869 contribuintes. Observa-se que, na comparação com fevereiro de 2017, houve aumento de contribuintes nas modalidades SIMEI (+935) e Simples Nacional (+298), porém houve redução no Regime Normal de Apuração (-1.430).

Essas mudanças no quadro cadastral se deram de forma disseminada por todas as regiões administrativas, contudo mais incisivamente nas maiores bases cadastrais, ou seja, nas agências de Brasília e de Taguatinga.

No que se refere à composição do ICMS por situação de recolhimento em março de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua advindo do Regime Normal, com 57,9% seguido da Substituição Tributária fora do DF, com 21,4%, representando quase 80% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento março de 2017



Analisando o decréscimo real de R\$ 28,8 milhões na receita total do ICMS em março de 2017 na comparação com março de 2016, depreende-se principalmente que o decréscimo está principalmente relacionado com a queda de arrecadação do ICMS Normal (-R\$ 29,7 milhões), seguido do Antecipado (-R\$ 9,4 milhões). Contudo, houve acréscimos na Tributação da Substituição Tributária fora do DF (+R\$ 5,7 milhões), e do Consumidor Final nas Operações Interestaduais (+R\$ 5,0 milhões).

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (março/17)
	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16		
Normal	339.671	1.102.524	369.394	1.164.918	-8,0%	57,9%
ST no DF	83.245	235.419	82.390	225.537	1,0%	14,2%
ST fora do DF	125.647	382.883	119.933	354.848	4,8%	21,4%
Antecipado	7.925	21.681	17.359	53.224	-54,3%	1,4%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	17.463	50.886	12.447	25.346	40,3%	3,0%
FCP ²	3.962	14.722	4.473	14.579	-11,4%	0,7%
Outros ³	9.011	26.104	9.719	31.400	-7,3%	1,5%
Total da Arrecadação	586.924	1.834.218	615.717	1.869.852	-4,7%	100,0%

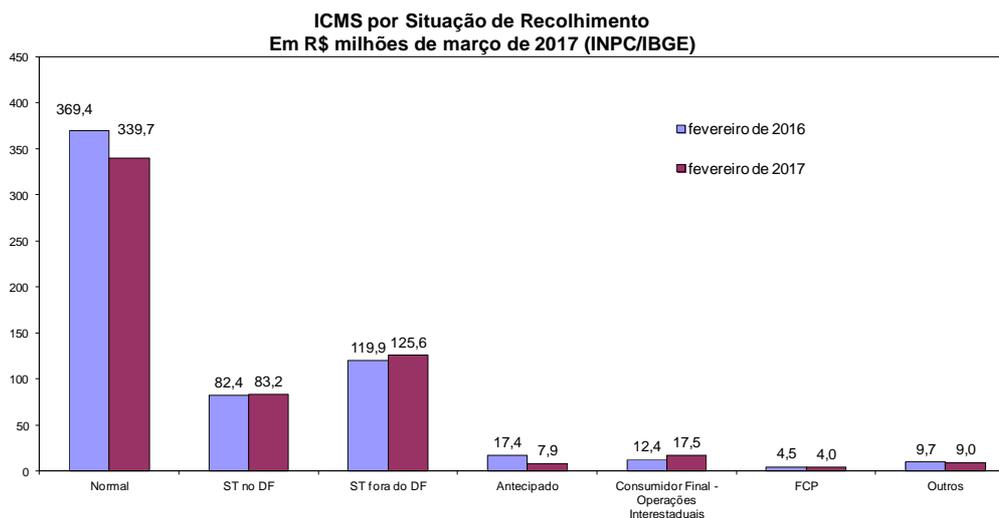
Fonte: SIGGO (12/04/2017) e SIGEST (03/04/2017) - FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

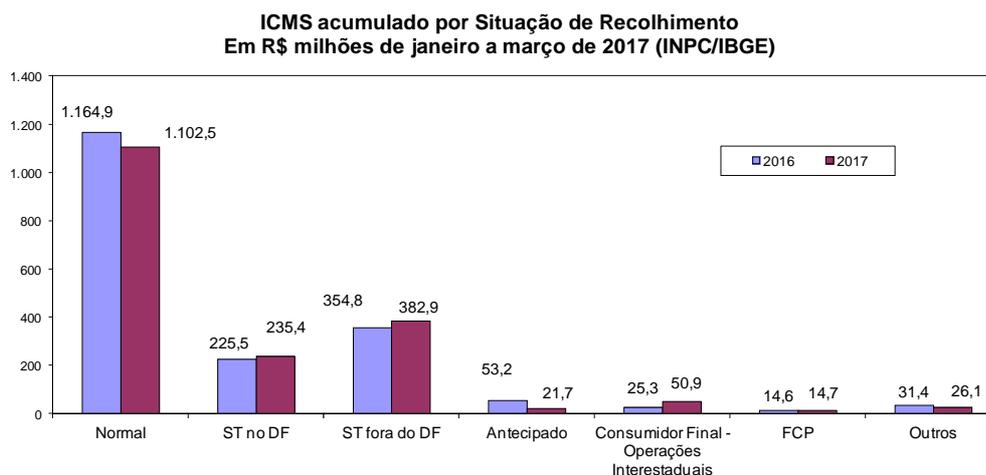
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de março de 2017 com igual mês em 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, houve decréscimo real de R\$ 35,3 milhões na receita total do ICMS, na comparação com correspondente período de 2016.

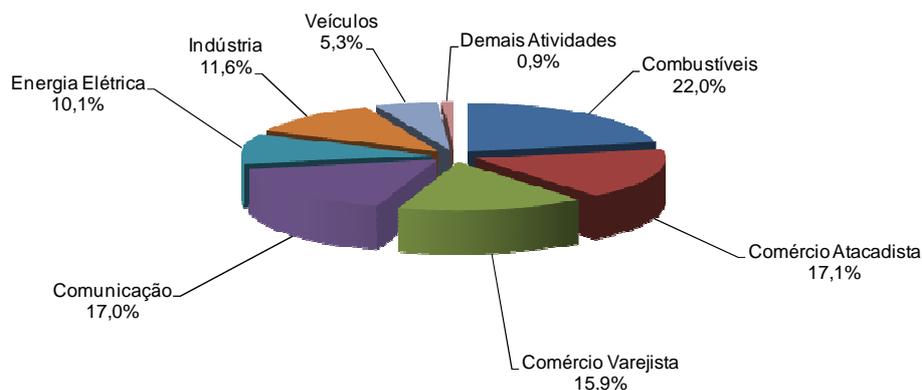


Na análise acumulada, houve incrementos de receita nas modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 28,0 milhões), Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 26,0 milhões) e Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 9,9 milhões). Porém, a exemplo do que ocorreu na arrecadação mensal, foram registradas quedas no ICMS Normal (-R\$ 62,4 milhões) e Antecipado (-R\$ 31,5 milhões).

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em março de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram

Combustíveis com 22,0%, seguido pelo Comércio Atacadista com 17,1%, Comunicação com 17,0%, e, por fim, Comércio Varejista com 15,9%.

**ICMS por Atividade Econômica
março de 2017**

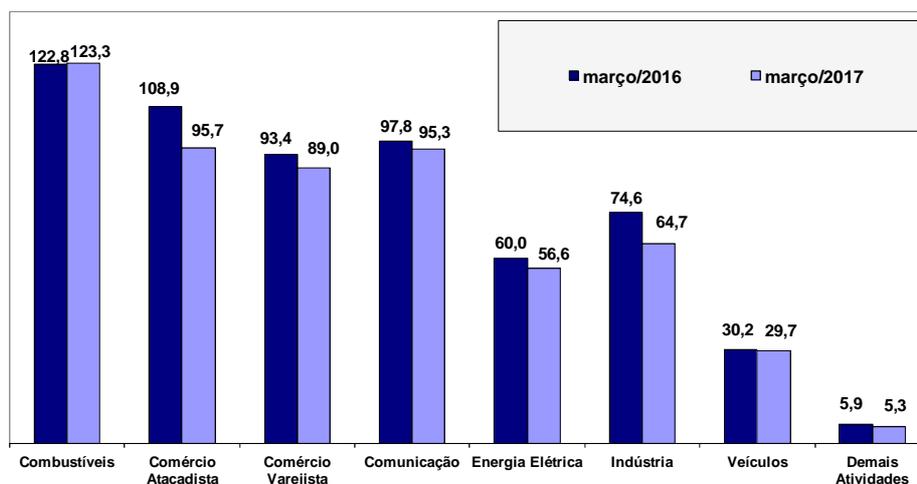


Delineando o desempenho real da receita de março de 2017 frente a março de 2016 pelas principais atividades econômicas sujeitas ao ICMS, houve acréscimo de receita apenas no segmento Combustíveis (+R\$ 0,5 milhão), e decréscimo nos demais segmentos, principalmente no Comércio Atacadista (-R\$ 13,2 milhões) e na Indústria (-R\$ 9,9 milhões).

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (março/2017)
	mar/17		jan-mar/17		mar/17	jan-mar/17	
	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16	mar/16	jan-mar/16	
Combustíveis	123.292	385.487	122.751	377.918	0,4%	2,0%	22,0%
Comércio Atacadista	95.712	314.933	108.930	318.366	-12,1%	-1,1%	17,1%
Comércio Varejista	89.041	295.542	93.443	326.771	-4,7%	-9,6%	15,9%
Comunicação	95.297	287.360	97.760	277.034	-2,5%	3,7%	17,0%
Energia Elétrica	56.553	171.548	60.014	191.635	-5,8%	-10,5%	10,1%
Indústria	64.738	211.104	74.638	215.730	-13,3%	-2,1%	11,6%
Veículos	29.742	94.065	30.185	93.626	-1,5%	0,5%	5,3%
Demais Atividades	5.260	18.112	5.931	19.499	-11,3%	-7,1%	0,9%
TOTAL	559.635	1.778.150	593.653	1.820.580	-5,7%	-2,3%	100,0%

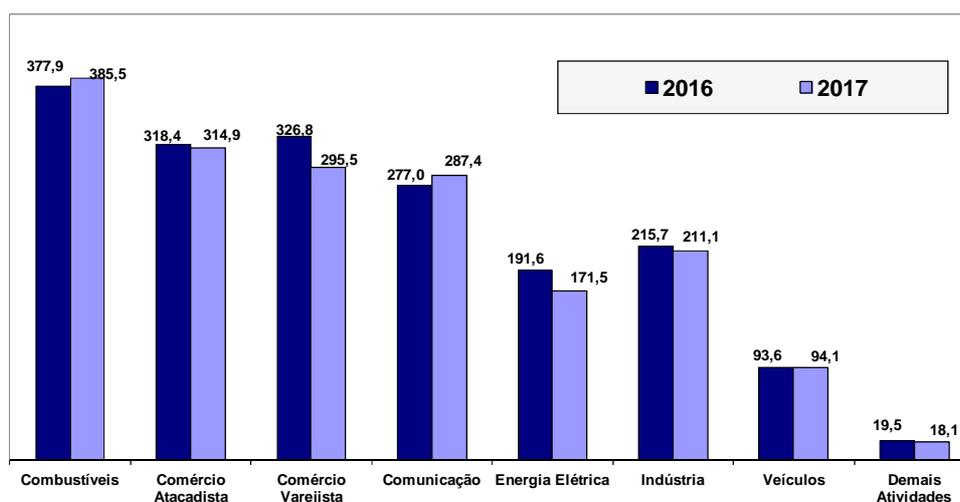
Fonte: SITAF.
 Notas: 1. Valores sem incentivado.
 2. Apuração com base no INPC/IBGE.

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado do ano de 2017 em relação a 2016, destacam-se os segmentos de comunicação (+R\$ 10,3 milhões) e de combustíveis (+R\$ 7,6 milhões). Por outro lado, foram observados decréscimos em comércio varejista (-R\$ 31,2 milhões), e energia elétrica (-R\$ 20,1 milhões).

ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a mar)
Em R\$ milhões de março/2017 (INPC/IBGE)



DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

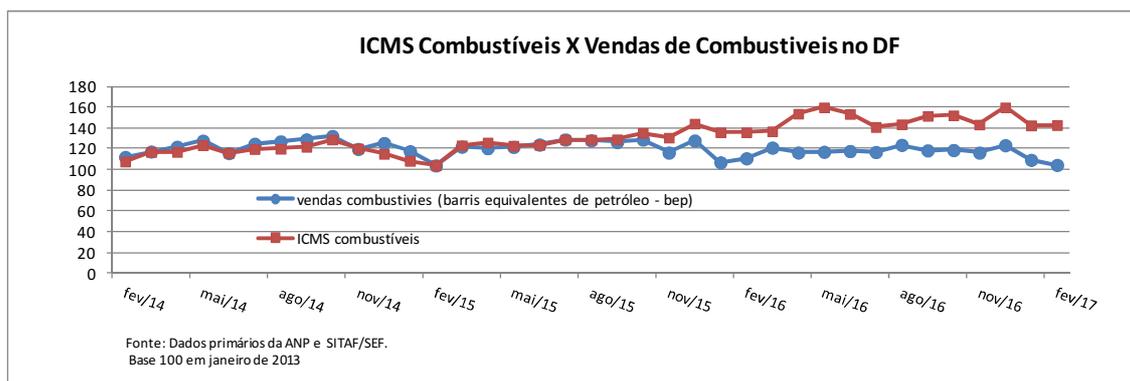
Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. A partir da figura seguinte, observa-se que após outubro de 2015 houve descolamento das duas curvas.

Vale salientar que a partir do ano de 2016, houve aumento da alíquota para combustíveis, o que explicaria o descolamento das curvas de forma mais acentuada a partir de janeiro de 2016. Observa-se, também, que a arrecadação de ICMS referente ao mês de fevereiro de 2017 manteve-se em relação ao mês anterior, e houve um leve aumento em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em março de 2017, a arrecadação apresentou 0,4% de aumento em relação a março de 2016. Quanto ao acumulado do 1º trimestre de 2017, houve aumento de 2,0% na comparação com igual período de 2016.

Em fevereiro de 2017, a produção de petróleo no Brasil totalizou 2,676 milhões de barris por dia (bbl/d). O volume representa um crescimento de 14,6% em relação ao mesmo mês em 2016 e uma queda de 0,4% na comparação com o mês anterior. Já a produção de gás natural foi de 106,6 milhões de metros cúbicos por dia, superando em 9,2% a produção do mesmo mês em 2016. Houve queda de 3% em relação ao mês anterior. A produção total de petróleo e gás natural no País foi de aproximadamente 3,346 milhões de barris de óleo equivalente por dia, conforme dados divulgados pela ANP.

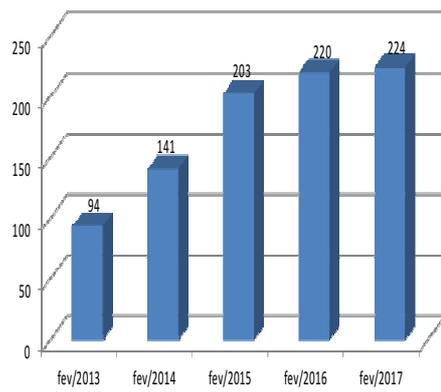


COMUNICAÇÕES

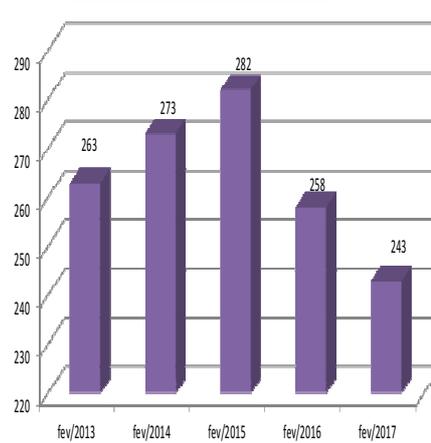
O serviço de banda larga fixa, no Brasil, recebeu 69,74 mil novos assinantes em fevereiro e registrou um aumento de 0,26% em relação ao mês anterior. Nos últimos doze meses, a banda larga fixa teve adição de 1,23 milhão de clientes (4,81%), e o número total de usuários do serviço no país chegou a 26,86 milhões, segundo dados divulgados no início de abril pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Vale salientar que a partir de janeiro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a cobrança de ICMS sobre a assinatura básica mensal de telefonia fixa e móvel, o que acarretou aumento na arrecadação do ICMS nesta modalidade.

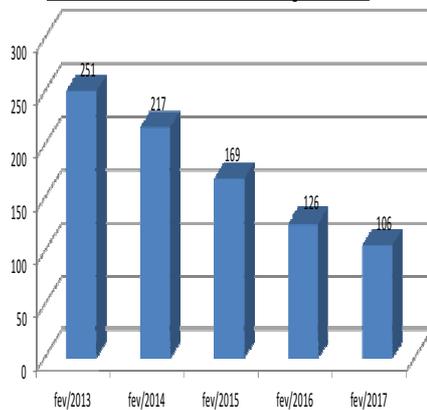
Por outro lado, observa-se nos gráficos abaixo, queda pronunciada no total de acessos excluindo banda larga, uma vez que os acessos via telefonia fixa e móvel vem apresentando decréscimo a partir de 2015.

Total de Acessos Banda Larga - milhões

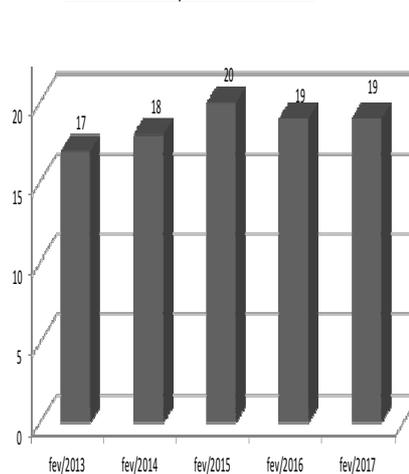
Fonte:Telebrasil.
Engloba banda larga fixa e móvel.

Total de Acessos Telefonia Móvel - milhões

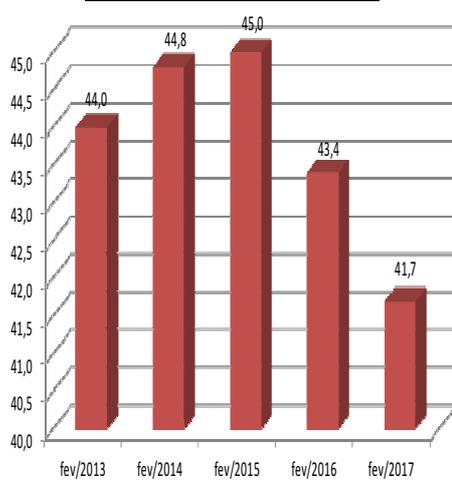
Fonte:Telebrasil.

Total de Acessos Excluindo Banda Larga - milhões

Fonte:Telebrasil.
Engloba telefonia e tv por assinatura, exclui banda larga.

Total de Acessos Tv por assinatura - milhões

Fonte:Telebrasil.

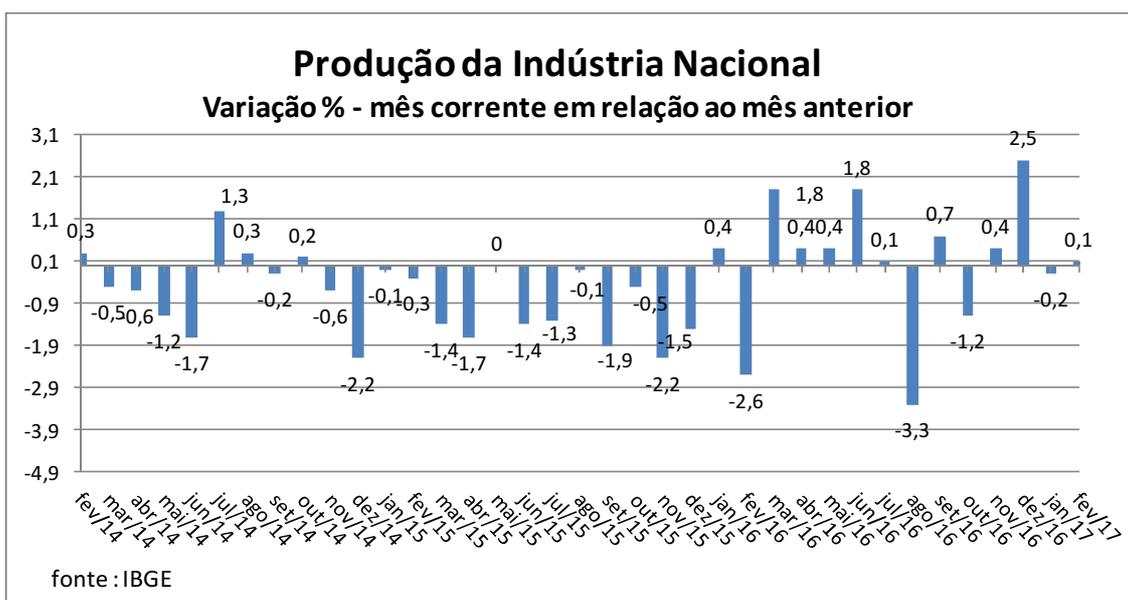
Total de Acessos Telefonia Fixa - milhões

Fonte:Telebrasil.

INDÚSTRIA

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) realizada pelo IBGE, em fevereiro de 2017, houve crescimento de 0,1% em relação a janeiro, conforme apresenta o gráfico abaixo. Na passagem do primeiro para o segundo mês de 2017, a produção de bens duráveis avançou 7,1%, a de bens de capital subiu 6,5% e a de bens intermediários aumentou 0,5%, enquanto a de bens semi e não duráveis diminuiu 1,6% (números com ajuste sazonal).

Ante fevereiro de 2016, a produção de bens de capital aumentou 2,9% e a de bens duráveis cresceu 19,8% (a maior desde fevereiro de 2014, quando avançou 23,3%), enquanto tanto a de bens intermediários quanto a de bens semi e não duráveis declinaram 2,5%.



No Distrito Federal, em março de 2017, a arrecadação de ICMS do setor apresentou queda de 13,3% em comparação com março de 2016. Quanto ao primeiro trimestre de 2017, queda de 2,1% em relação a igual período de 2016.

VEÍCULOS

Em fevereiro de 2017 a venda de veículos caiu 7,6% na comparação com o mesmo mês de 2016, segundo dados divulgados pela Fenabrave, a associação das concessionárias. Foram emplacados 135.663 automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, contra 146.804 no mesmo mês de 2016. Na comparação com janeiro, quando 147.208 veículos foram emplacados, a baixa foi 7,8%.

No Distrito Federal, levantamento realizado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) aponta que em fevereiro foram comercializadas 4.702 unidades ante 5.267 em janeiro (queda de 10,7%).

Quanto à arrecadação de ICMS do setor no Distrito Federal, em março de 2017, houve queda de 1,5% em comparação com março de 2016. No entanto, no primeiro trimestre de 2017, aumento de 0,5% em relação a igual período de 2016.

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista brasileiro recuaram 0,2% em fevereiro em comparação com janeiro, segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 12/4. Em relação a fevereiro de 2016, o varejo nacional recuou 3,2%, 23ª taxa negativa consecutiva na base de comparação. No acumulado dos dois meses do ano, o comércio varejista acumula redução de 2,2% e, nos 12 meses, de 5,4%.

De acordo com o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio, o movimento dos consumidores nas lojas de todo o país cresceu 0,6% em março/17, já efetuados os devidos ajustes sazonais. Em relação ao mesmo mês do ano passado (março/16), o recuo da atividade varejista foi de 1,9%.

Analistas da Serasa Experian explicaram que a queda da inflação, o recuo das taxas de juros e uma melhora dos níveis de confiança do consumidor estão começando a provocar efeitos positivos na atividade

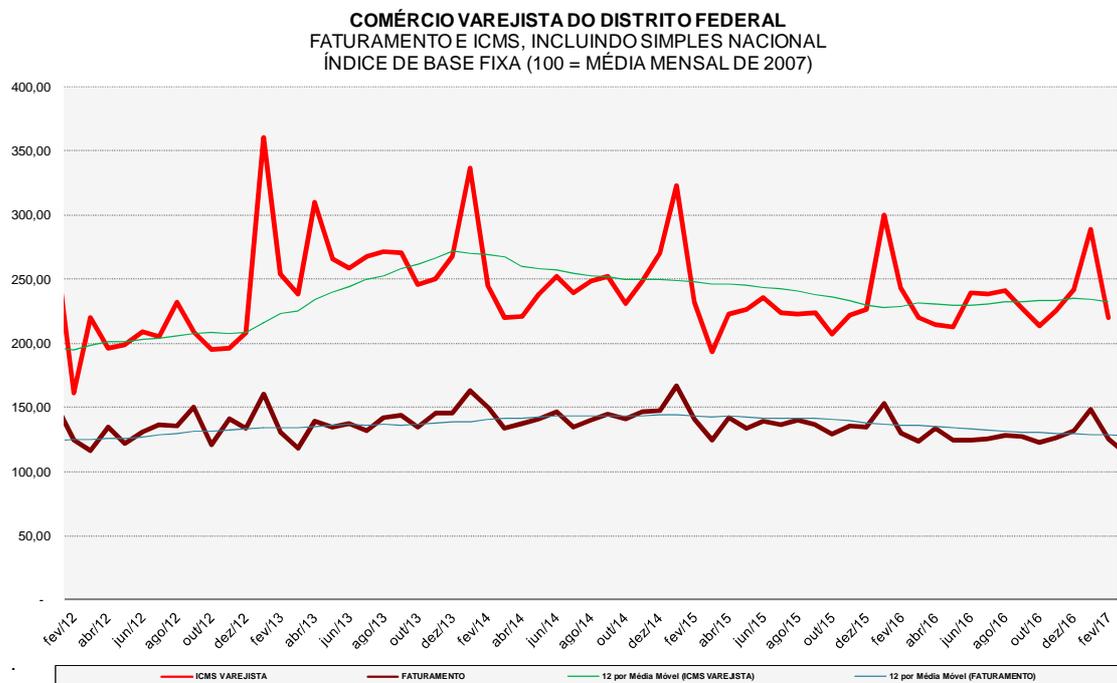
varejista do país, ainda que tal movimento se dê de forma não generalizada. A maior alta observada no varejo em março/17 foi o crescimento de 1,7% do setor de combustíveis e lubrificantes, seguida pelo avanço de 0,8% do segmento de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas. Na direção negativa, o mês de março registrou quedas de 3,3% no setor de veículos, motos e peças, de 1,6% em móveis, eletroeletrônicos e informática, de 2,8% em segmento de tecidos, vestuário, calçados e acessórios, e de 2,2% no segmento de material de construção

O IAV-IDV (Índice Antecedente de Vendas do Instituto para Desenvolvimento do Varejo) de fevereiro fechou com queda real (já descontada a inflação) de 2,3% em comparação com o mesmo período de 2016. O setor estima a continuidade do resultado negativo em março, mas em um patamar menor, com queda nas vendas de 1,1%. Já a previsão para abril e maio é de crescimento, sendo 3,9% e 3,1%, respectivamente, na comparação anual.

Criado em outubro de 2007, o IAV-IDV é um índice que consolida a evolução das vendas efetivamente realizadas pelos associados do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) com o intuito de projetar expectativas para os próximos meses e, assim, ajudar na tomada de decisão dos executivos do varejo. Para se chegar aos números apresentados pelo IAV-IDV, as empresas associadas reportam seus próprios resultados e suas expectativas sobre vendas no futuro. Em seguida, essas respostas são ponderadas de acordo com o porte de cada empresa, para que se alcance indicadores como o volume de vendas e o faturamento nominal. Os dados extraídos pelo indicador têm permitido uma visualização mais ampla do comportamento do mercado para um período de curto prazo - até três meses.

No Distrito Federal, conforme o gráfico seguinte, a curva de faturamento oriunda de vendas no varejo ainda não apresenta sinais de retomada de crescimento, sugerindo leve movimento de descida desde o segundo semestre de 2014. Por outro lado, enquanto tendência, o ICMS arrecadado do setor parece ter estabilizado a partir do início de 2016, provavelmente devido às medidas legislativas vigentes a partir de 2016.

Na comparação de março de 2017 com março de 2017, houve decréscimo de 4,7%, e no acumulado do 1º trimestre, queda de 9,6%.



ENERGIA ELÉTRICA

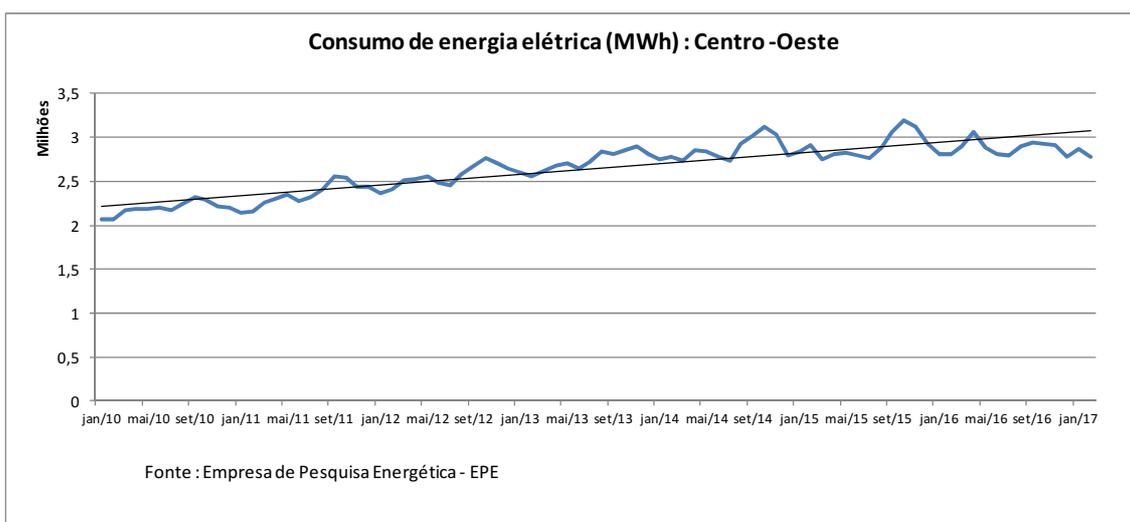
O consumo de energia elétrica no país alcançou 38.593 gigawatts-hora (GWh) em fevereiro, 0,2% acima do apurado no mesmo mês do ano passado, conforme informação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao detalhar o desempenho por setor a EPE informou que o pior resultado de consumo partiu do industrial, com recuo de 0,9%, tendo o comércio também apresentado recuo em fevereiro (-0,5%).

Em contrapartida, a classe residencial mostrou expansão de 0,6% no consumo de energia elétrica em fevereiro deste ano em comparação com igual mês do ano passado, e o segmento outros, que inclui setor rural e iluminação pública, mostrou aumento de consumo de 2,9% no mesmo período de comparação.

Todos os Estados registraram queda no consumo de energia, com destaque para Paraná (-1,1%), Santa Catarina (-0,2%) e Rio Grande do Sul (-0,2%).

A partir do 2º semestre de 2016, a região Centro-Oeste vem apresentando um consumo de energia elétrica aquém do esperado, conforme demonstra o gráfico abaixo, onde a curva do consumo está abaixo da linha de tendência.

Em relação à arrecadação de ICMS no DF do setor, observa-se um pequeno aumento no mês de março de 2017 em relação ao mês anterior. No entanto, comparando a arrecadação do mês de março deste ano em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve redução real de 5,8%. Relativo à arrecadação acumulada do 1º trimestre deste ano em relação ao 1º trimestre do ano anterior, houve queda real de 10,5% na arrecadação.



ICMS BRASIL

A arrecadação do ICMS em nível nacional apresentou redução real de 1,77% no 1º bimestre de 2017 comparado mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou queda de 0,86% e foi o décimo quinto melhor desempenho entre as 27 Unidades Federadas, e o segundo da região Centro-Oeste, conforme tabela a seguir.

ICMS do 1º Bimestre (em R\$ milhões- INPC/IBGE)

UF	2016	2017	Variação (em %)
PR Paraná	4.555,1	6.118,0	34,31%
AC Acre	171,7	188,4	9,75%
SE Sergipe	509,7	535,2	4,98%
PB Paraíba	861,1	889,6	3,31%
MG Minas Gerais	6.907,3	7.123,7	3,13%
PE Pernambuco	2.282,0	2.346,9	2,84%
PI Piauí	628,0	643,7	2,50%
RS Rio Grande do Sul	5.221,7	5.352,1	2,50%
RN Rio Grande do Norte	871,8	892,8	2,41%
TO Tocantins	380,8	389,3	2,22%
MT Mato Grosso	1.552,8	1.583,5	1,98%
AM Amazonas	1.213,6	1.212,9	-0,05%
AP Amapá	120,5	120,1	-0,33%
CE Ceará	1.784,8	1.778,8	-0,34%
DF Distrito Federal	1.306,7	1.295,4	-0,86%
RR Roraima	117,8	116,7	-0,95%
AL Alagoas	665,8	648,2	-2,65%
GO Goiás	2.434,2	2.356,7	-3,18%
BA Bahia	3.418,7	3.301,6	-3,43%
MS Mato Grosso do Sul	1.316,6	1.260,9	-4,23%
SP São Paulo	21.610,0	20.132,2	-6,84%
ES Espírito Santo	1.672,9	1.534,5	-8,27%
PA Pará	1.825,8	1.671,7	-8,44%
MA Maranhão	1.050,1	958,3	-8,74%
SC Santa Catarina	3.199,1	2.899,8	-9,36%
RJ Rio de Janeiro	6.365,2	5.494,6	-13,68%
RO Rondônia	572,6	484,1	-15,45%
BR BRASIL	72.616,4	71.329,6	-1,77%

Fonte: COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

Conforme o Valor Econômico, em 11/4/2017, a receita corrente total dos Estados cresceu 7,5% nominais no primeiro bimestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano passado. Bem mais do que a inflação acumulada em 12 meses, de 4,57%, e do que o crescimento nos dois anos anteriores - 4,7% em 2016 e 1,1% em 2015. Os números levam em conta a receita corrente primária informada pelos 26 Estados mais o Distrito Federal em seus relatórios fiscais.

Apesar disso, os governos estaduais não comemoram os resultados, argumentando que o aumento apenas recompõe parte do que foi perdido nos últimos anos e não é resultado de melhora na atividade econômica. Explica-se,

em grande parte, por elevação de alíquotas do ICMS, antecipação de recolhimentos e receitas extraordinárias.

A matéria na íntegra se encontra no endereço eletrônico <http://www.valor.com.br/brasil/4934219/estados-cacam-receita-para-investimentos>

ARRECADÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em março de 2017 totalizaram R\$ 26,6 milhões, que representa um acréscimo de 0,75% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve redução de 0,9% para o ICMS e aumento de 6,2% para o ISS.

ARRECADÇÃO SIMPLS NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Outubro/2016	13.473.671,89	131.400	11.771.507,42	124.532	25.245.179,31
Novembro/2016	19.183.089,46	131.712	13.231.737,94	125.169	32.414.827,40
Dezembro/2016	17.464.326,47	129.604	12.920.402,50	123.976	30.384.728,97
Janeiro/2017	21.115.416,27	127.774	14.475.873,97	123.170	35.591.290,24
Fevereiro/2017	15.286.136,36	131.937	11.149.371,97	127.142	26.435.508,33
Março/2017	14.793.500,00	133.170	11.839.172,20	128.703	26.632.672,20

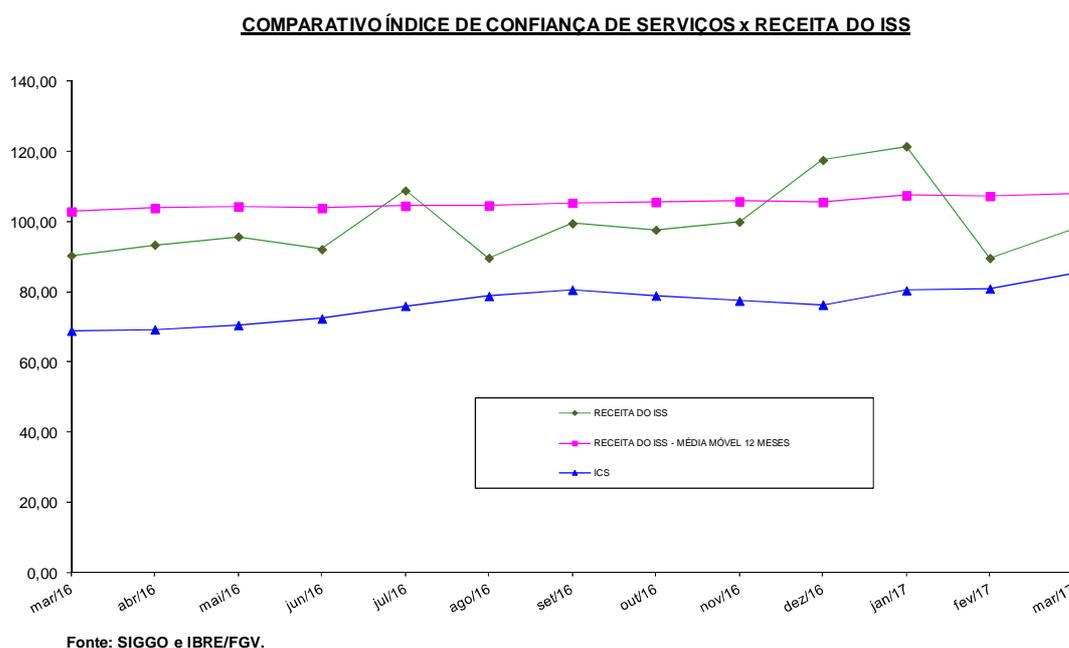
Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

ARRECADÇÃO DO ISS

No mês de março de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços - ISS contabilizou o montante de R\$ 125,3 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 8,5% na arrecadação, correspondente a um aumento real de 3,8%.

No 1º trimestre de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 394,9 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 9,5% e ganho real de 4,4%. Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até março de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



Observa-se na ilustração acima que, apesar da queda acentuada da receita do ISS em fevereiro de 2017 e da pequena retomada em março, a média de doze meses da arrecadação do ISS permanece em nível superior ao observado em 2016.

Quanto ao índice de confiança do consumidor verifica-se um retorno da trajetória ascendente, haja vista que após quatro quedas consecutivas do indicador ao final de 2016, o índice volta a registrar elevações em janeiro, fevereiro e março, apresentando o maior nível desde dezembro de 2014.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passa a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE

2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de março de 2017, o cadastro fiscal do DF possuía 159.116 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

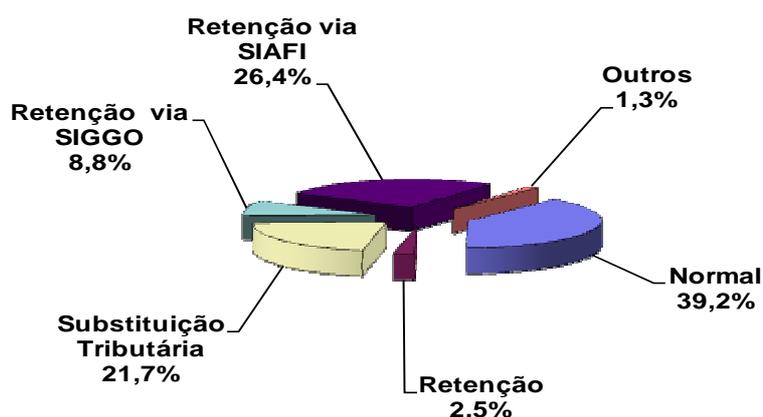
MARÇO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	858	11.746	1.358	2.200	1.400	448	4.088	831	5.440	161	28.530
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.855	16.045	11.937		11.901	4.327	7.680	5.303	19.700	1.690	83.438
5) SIMPLES NACIONAL	2.115	14.777	3.574	29	3.492	1.240	6.031	2.037	11.526	444	45.265
6) Sociedades Uniprofissionais	2	789	6	6	2	1	62	4	67	1	940
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				57							57
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)				51						1	52
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF	4	9	2	761	4		1		2		783
TOTAL	7.834	43.370	16.877	3.151	16.799	6.016	17.862	8.175	36.735	2.297	159.116
PARTICIPAÇÃO	4,92%	27,26%	10,61%	1,98%	10,56%	3,78%	11,23%	5,14%	23,09%	1,44%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve um decréscimo de 345 inscrições, que se deve principalmente a diminuição de 1.886 inscrições do Regime Normal, que superou os aumentos de 1.136 inscrições do SIMEI-Microempreendedor Individual e de 425 inscrições do Simples Nacional.

Em termos de participação por localidade, 27,3% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,1% na circunscrição de Taguatinga e 49,6% nas demais localidades. Do total de inscrições, 17,9% estão no Regime Normal de Apuração, 52,4% no SIMEI, e 28,5% no Simples Nacional, e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em março de 2017, o ISS Normal respondeu por 39,2% dos ingressos do imposto, a Retenção via SIAFI por 26,4% e a Substituição Tributária por 21,7%.

ISS por Situação de Recolhimento Março de 2017

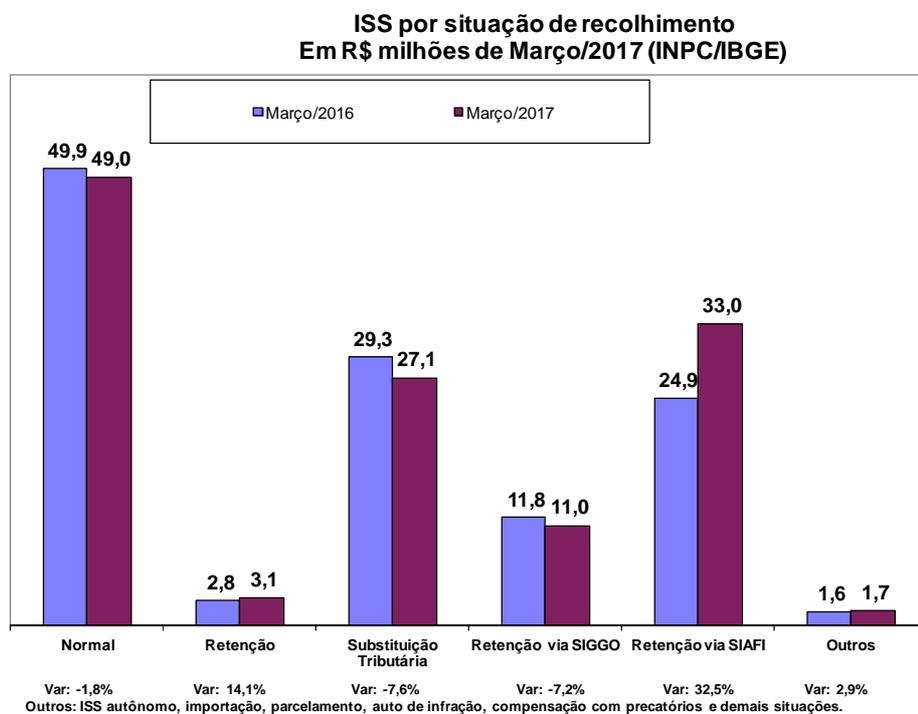


Verifica-se na tabela abaixo que no mês de março de 2017, em comparação com igual mês do ano anterior, houve aumento real das modalidades de recolhimento Retenção via SIAFI, Retenção, além de Outros, que suplantou as quedas verificadas na Substituição Tributária, Retenção via SIGGO e Normal.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (fev-17)
	mar/16		mar/17		mar/17	jan-mar/17	
	mar/16	jan-mar/16	mar/17	jan-mar/17	mar/16	jan-mar/16	
Normal	49.874	161.293	48.963	164.822	-1,8%	2,2%	39,2%
Retenção	2.755	8.711	3.143	8.970	14,1%	3,0%	2,5%
Substituição Tributária	29.319	100.688	27.099	98.307	-7,6%	-2,4%	21,7%
Retenção via SIGGO	11.843	31.068	10.995	27.368	-7,2%	-11,9%	8,8%
Retenção via SIAFI	24.888	71.635	32.979	89.158	32,5%	24,5%	26,4%
Outros	1.636	4.864	1.685	6.232	2,9%	28,1%	1,3%
Total da Arrecadação	120.316	378.258	124.863	394.856	3,8%	4,4%	100,00%

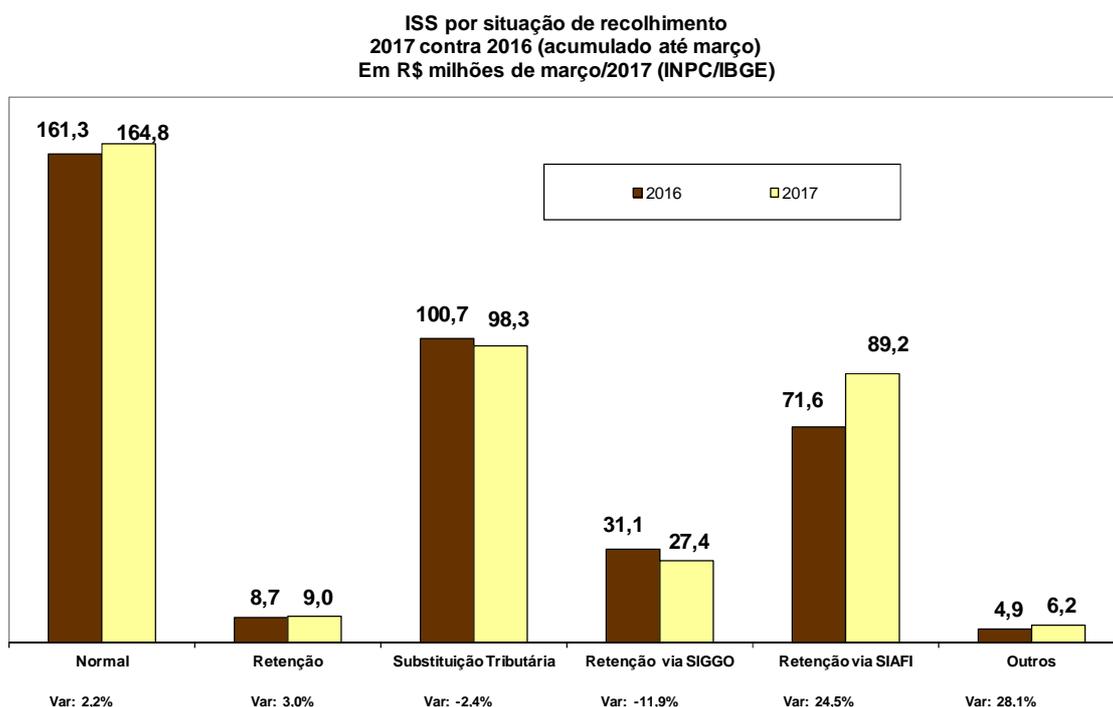
Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

O gráfico seguinte ilustra o comparativo mensal de arrecadação do ISS por modalidade econômica dos meses de março de 2017 e de 2016.

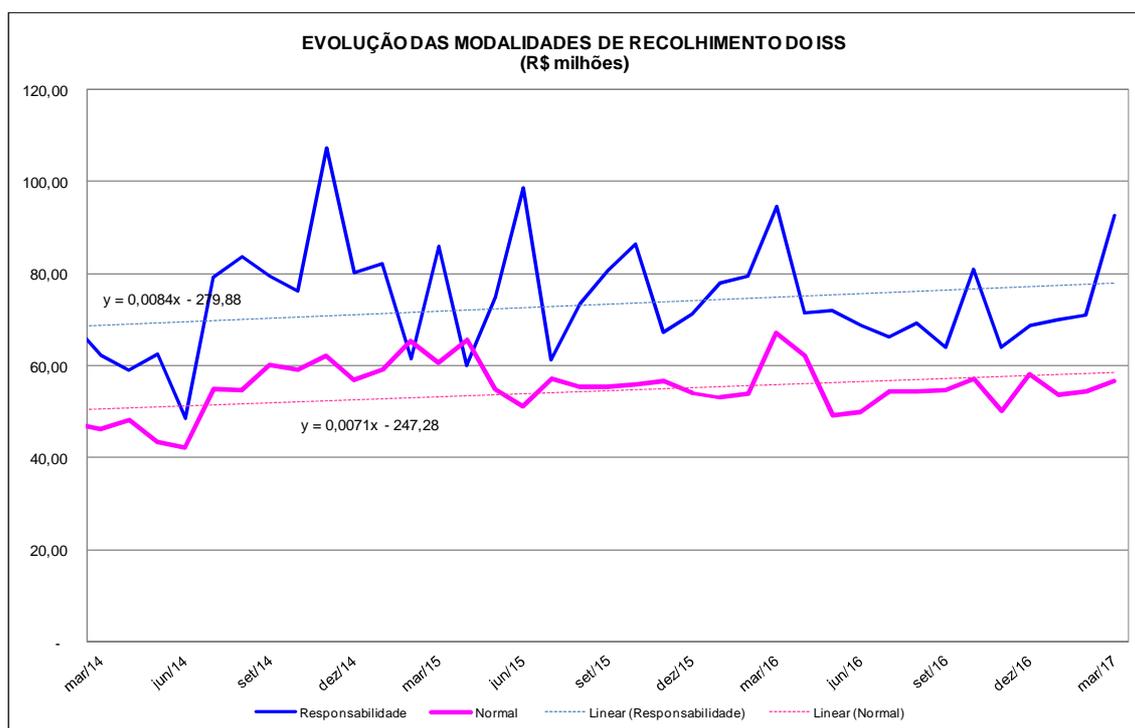


Delineando o aumento real de R\$ 4,6 milhões em março de 2017 frente a igual mês de 2016, verifica-se que as quedas observadas nas modalidades Substituição Tributária (-R\$ 2,2 milhões), Normal (-R\$ 0,9 milhão) e Retenção via SIGGO (-R\$ 0,9 milhão) foram suplantadas pelo expressivo aumento ocorrido na modalidade Retenção via SIAFI (+R\$ 8,1 milhões). Observa-se, no entanto, que em torno de R\$ 5 milhões desta modalidade foram arrecadados em fevereiro de 2017 e contabilizados tardiamente pelo SIGGO em março de 2017.

A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no primeiro trimestre de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior. Denota-se que houve decréscimo real de receita para as modalidades de recolhimento Retenção via SIGGO (-R\$ 3,7 milhões) e Substituição Tributária (R\$ -2.4 milhões), compensados principalmente pelos aumentos observados na modalidade Normal (+R\$ 3,5 milhões) e Retenção Via SIAFI (+R\$ 17,6 milhões).



O gráfico seguinte mostra a tendência de crescimento na arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto nas modalidades sob responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO), a partir de fevereiro de 2013. Observa-se que na última observação, houve um expressivo aumento na modalidade sob responsabilidade, que imprimiu uma aceleração no crescimento superior ao da modalidade Normal.



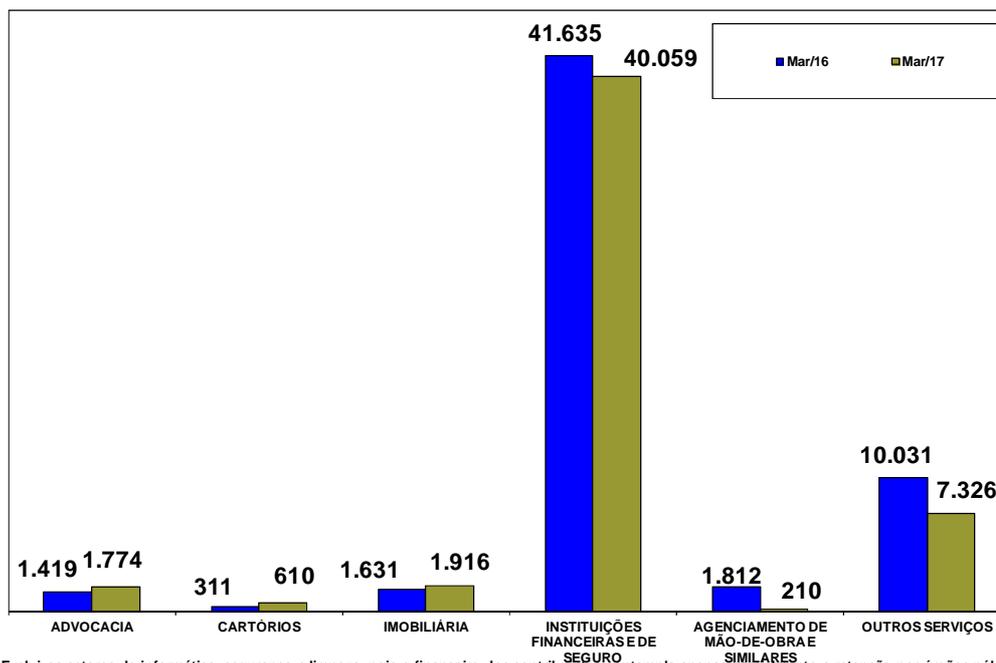
Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em março de 2017, verifica-se pelo gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto foi do segmento de Instituições Financeiras e de Seguro, de 44,8%, seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária de 8,9% e Ensino de 5,4%.



Os gráficos a seguir discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de março de 2017 com o correspondente mês do ano anterior verifica-se que os principais acréscimos se deram em Advocacia (+R\$ 354 mil), Cartórios (+R\$ 300 mil) e Imobiliária (+R\$ 285 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos os segmentos de Outros Serviços (-R\$ 2.705 mil), Agenciamento de Mão-de-Obra (-R\$ 1.602 mil) e Instituições Financeiras (-R\$ 1.576 mil).

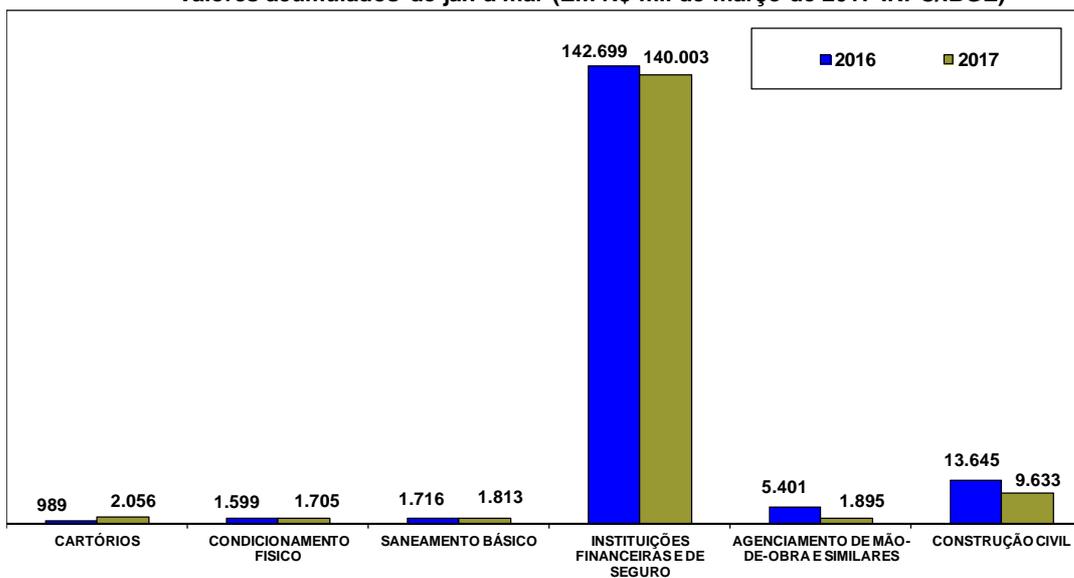
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil março/2017 (INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação acumulada, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cartórios (+R\$ 1.066 mil), Condicionamento Físico (+R\$ 106 mil) e Saneamento (+R\$ 98 mil). Por sua vez, as maiores quedas ocorreram nos segmentos de Construção Civil (-R\$ 4.012 mil), Agenciamento de Mão-de-obra (-R\$ 3.506 mil) e Instituições Financeiras (-R\$ 2.696 mil).

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
***Valores acumulados de jan a mar (Em R\$ mil de março de 2017-INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(03 março 2017 – Séries Históricas.xls)